

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves **Secretários**: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa Elákcio da Marta Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Antes da Ordem do Dia. - Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa) procedeu à leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) felicitou o Governo e a Assembleia Nacional pelo primeiro aniversário de governação. Solicitou o apoio do Governo na resolução do problema da falta de água em Pete-Pete. Saudou as equipas de futebol de Oque-del-rei e Santa Margarida, pelos resultados alcançados.

Por último, em declaração política, o Sr. Deputado Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD) referiu-se à importância do orçamento da Assembleia Nacional, como instrumento de administração financeira, tendo-se associado ao Deputado Danilson Cotú na felicitação ao Governo.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD), referiu-se à problemática da energia eléctrica, à redução de combustível e atraso no pagamento de salários na Região Autónoma do Príncipe (RAP). Questionou a responsabilidade do Governo Central e Regional. Felicitou o Ministro da Saúde por ter salvo a vida de uma mãe, que foi evacuada da RAP.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), abordou a questão do roubo de energia e das parcelas de terra. Apelou à criação de melhores condições de trabalho para os técnicos de saúde.

De igual modo, em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCISTP), referiu-se à Lei de Oposição.

Também em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), apelou ao Governo a uma maior atenção ao distrito de Lobata, devido ao aumento da pobreza, à falta de água, bem como a verificação dos critérios de atribuição de subsídio às mães carenciadas.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Ramos (ADI), criticou a situação social e financeira do País.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI), associou-se ao Deputado Arlindo Ramos.

Igualmente, em assuntos de interesse político relevante, felicitou o Governo pelas obras na estrada Cabalu Môlê – Cruzeiro. Manifestou a sua preocupação relativamente ao aumento do abuso sexual de menores e da violência doméstica, bem como do roubo nas parcelas de terras agrícolas.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Ekneide dos Santos (ADI) falou do aumento da criminalidade e do assalto no País. Chamou atenção aos serviços competentes do Ministério da Educação, relativamente à moderação da velocidade dos transportes escolares, na deslocação dos alunos.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Hermindo Lourenço (MLSTP/PSD), referiu-se ao Estado de Direito Democrático, a melhoria na liberdade de expressão e felicitou o Governo e apelou a continuar o seu trabalho em prol do desenvolvimento do País.

No fim, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Carlos Correia (ADI), solicitou esclarecimentos sobre a apreensão de malas de 200 dobras, no aeroporto internacional, falou do aumento do custo de vida na Região Autónoma do Príncipe.

Ordem do Dia. - Foram aprovados, na generalidade, especialidade e em votação final global, os projectos de resolução n.º 58/XI/3.ª/2019 — Orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2020, após a apresentação feita pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração (Mário Rainho), que também respondeu às questões dos Deputados; n.º 59/XI/3.ª/2019 — Designação de um Deputado da Assembleia Nacional para integrar no CONSAN; n.º 57/XI/3.ª/2019 — Criação de Estrutura de composição de Aliança Parlamentar Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional (APSAN).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Arlindo Ramos (ADI), Danilo Santos (MLSTPP/PSD), Aérton Crisóstomo (MLSTPP/PSD), Amaro Couto (MLSTPP/PSD), José António Miguel (ADI), Hélder Joaquim (MLSTPP/PSD), Carlos Correia (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Beatriz Azevedo (MCISTP), Idalécio Quaresma (ADI), Alda Ramos (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTPP/PSD) e Cílcio Santos (MLSTPP/PSD).

O Sr. Presidente terminou a sessão às 16 horas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos

Alexandre da Conceição Guadalupe

André Varela Ramos

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Berlindo Branco Vilela Silvério

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Carlos Manuel Cassandra Correia

Carlos Manuel Vila Nova

Celmira de Almeida Sacramento

Domingos José da Trindade Boa Morte

Ekneide Lima dos Santos

Idalécio Augusto Quaresma

Joaquim Salvador Afonso

Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miquel

Mário Fernando de Jesus Rainho

Martinho da Trindade Domingos

Paulo Jorge Carvalho

Sebastião Lopes Pinheiro

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Aérton do Rosário Crisóstomo

Amaro Pereira de Couto

Américo Cravid Pereira Pinto

António das Neves Sacramento Barros

Arlindo Barbosa Semedo

Avsa Fortes da Silva

Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos

Cristina Maria Fernandes Dias

Danilo Neves dos Santos

Deolindo Luís da Trindade da Mata

Elákcio Afonso da Marta

Ermindo José Lourenço

Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

José Rui Tavares Cardoso

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Maiquel Jackson do Espírito Santo

Manuel Vicente

Paula Maria Fonseca Tavares

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Danilson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Felisberto Fernandes Afonso

Jamiel Joana Segunda

Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe

Almerino Ferreira Ribeiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, caros convidados, vamos iniciar os nossos trabalhos, com a tomada de posse de Deputados substitutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dezanove, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Almerino Ferreira Ribeiro, Berlindo Branco Vilela Silvério, Ermindo José Lourenço e Martinho da Trindade Domingos, em substituição dos Srs. Deputados António Monteiro Fernandes, Olinto Daio, Ana Isabel Meira Rita e Abnildo d'Oliveira, dos Círculos Eleitorais Água Grande, Mé-Zóchi e Caué, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos.»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário da Mesa que o lavrou».

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, de acordo com a agenda dos trabalhos publicados no *Diário*, vamos entrar no período de antes da ordem do dia, de acordo com o artigo 83.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Peço ao Sr. Secretário que faça o anúncio dos expedientes realizados pela Mesa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, em representação do Governo: Passo a leitura dos expedientes realizados pela Mesa, durante o mês de Novembro até dia 2 de Dezembro.

Relativamente aos projectos de lei, há uma iniciativa n.º 11, subscrita pelos Srs. Deputados, Bilaine Nascimento, Filomena Monteiro, Hélder Joaquim, Arlindo Carvalho e Américo Pinto, projecto de lei de Comercialização de Substitutos de Leite Materno.

Relativamente aos projectos de resolução, iniciativa da Mesa da Assembleia, «projecto de lei n.º 57 – Criação da Estrutura de Composição da Aliança do Parlamento Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional.»

Da iniciativa do Conselho de Administração, temos o «projecto de resolução n.º 58 — Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2020.

Também da Mesa da Assembleia, temos a iniciativa n.º 59, «designação de um deputado da Assembleia Nacional para integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe, COSAN.»

Em termos de propostas de lei, por iniciativa do Governo, temos a iniciativa n.º 8 «proposta de lei que aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2020», já baixado para as Comissões e tem a previsão de agenda para os dias 5 e 6 de Dezembro corrente.

Igualmente, temos «proposta de lei n.º 9 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2020», que também já está nas comissões especializadas da Assembleia e agendado para a sua discussão, na generalidade, nos dias 5 e 6 de Dezembro.

Temos também a proposta de lei n.º 10 – Lei-quadro da Educação Especial em São Tomé e Príncipe, já foi admitida pela Mesa da Assembleia.

Em termos de propostas de resolução, temos três, por iniciativa do Governo: «proposta de resolução n.º 29 – Acordo de Financiamento do Projecto de Desenvolvimento de Competências em São Tomé e Príncipe e a Associação de Desenvolvimento Internacional.»

«Proposta de resolução n.º 30 – Acordo de Financiamento do Projecto de Desenvolvimento do Sector de Transportes e Protecção Costeira em São Tomé e Príncipe e a Associação de Desenvolvimento Internacional.»

Por último, «proposta de resolução n.º 31 – Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Policial entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa.»

Das iniciativas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é esta a lista que consta nos Serviços da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura dos expedientes ocorridos na Mesa da Assembleia Nacional, a Mesa recebeu três pedidos dos distintos Grupos Parlamentares para intervenção no período de antes da ordem do dia, de acordo com o Regimento, assuntos relevantes nacional. Dentre estes pedidos, dois Grupos Parlamentares têm declarações políticas.

Portanto, vamos ouvir, de seguida, a declaração política do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia, em especial a todos os são-tomenses.

Excelências, esta declaração política que hoje faço está centrada em duas questões principais.

A primeira, para lembrar que no mês passado, no dia 22, a XI Legislatura completou 1 ano. O Grupo Parlamentar da Coligação entende, esta data, como um marco na vida da Assembleia Nacional, tendo em conta que pudemos sentir neste período alguma acção por parte da Mesa da Assembleia, que vieram a culminar, no nosso entender, na maior dignificação dos são-tomenses, maior dignificação dos Deputados, dando-lhes melhores condições para trabalhar.

Sabemos que nem tudo está feito, Sr. Presidente. Entretanto, sentimo-nos na obrigação moral de felicitálo e encorajá-lo, para que continue nesta senda.

Se estivéssemos interessados, podíamos elencar aqui uma série de acções que a presidência da Mesa tem realizado nesta Legislatura, no entanto, para nós é importante dizer que há maior visibilidade da Assembleia Nacional, tanto no prisma nacional, como no prisma internacional. Por isso, um bem-haja à Mesa da Assembleia e a todos nós que somos Deputados e, de alguma forma, buscamos quotidianamente melhorar o nosso desempenho, para melhor servir ao povo de São Tomé e Príncipe.

Por outro lado, Excelências, no dia 3 de Dezembro de 2018, concretamente hoje, completa 1 ano do Executivo, o XVII Governo Constitucional. Sabemos que o Governo tem agendado uma actividade para hoje a tarde, onde a sociedade civil toda foi convidada para estar presente.

Não nos cabe a nós fazermos aqui o balanço da acção do Executivo, mas é um imperativo moral felicitar o Governo. Temos que felicitar o Governo e encorajar Sua Excelência o Primeiro-Ministro e a sua equipa, tendo em conta que somos conhecedores da situação herdada pelo Executivo e, na base dessa situação, a difícil situação. Temos que reconhecer que o trabalho que o Governo fez até então é de se louvar.

Entretanto, Sr. Ministro, sabemos que há muito para fazer. Não meçam esforços, façam-no, porque o povo de São Tomé e Príncipe espera muito deste Governo e, do lado da nossa coligação, queremos renovar a nossa decisão, a nossa convicção em trabalhar juntamente com o Governo. Contem connosco, que estamos disponíveis para o bem do povo de São Tomé e Príncipe.

Gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de aproveitar a oportunidade para chamar atenção e alertar ao Governo para a situação que se passa na zona de Péte-Péte. Ali há uma conduta que se fez e houve um trabalho realizado ali que impede a passagem de água e, nos dias de chuva, a população daquela localidade tem vivido momentos difíceis. Sei que já fizeram alguns expedientes junto à INAE e à própria EMAE, para se tentar encontrar alguma solução. Peço-lhe, Sr. Ministro, que leve esta preocupação ao Ministério das Obras Públicas, para que com alguma urgência, a máxima possível, se possa encontrar resposta para a situação.

Como tinha dito, o propósito central desta declaração era focar dois aspectos, o aniversário desta Legislatura e do Governo, que fazem 1 ano, mas antes de ir-me embora, permitam-me aproveitar este ensejo para saudar a equipa de Oque-Del-Rei, por ter vencido o campeonato da divisão de honra. Mas gostaria de, em particular e de forma muito especial, saudar a equipa de Santa Margarida, uma equipa da 3.ª Divisão, que ganhou a taça de São Tomé...

- O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): Ainda!
- O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): Ganhou a taça de São Tomé.

Murmúrios.

Agora estamos lá preparados para receber a equipa do Príncipe. Mas seja quem for que vencer a taça de São Tomé e Príncipe, será bom, por ser uma equipa são-tomense.

- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, o Deputado Guilherme Octaviano, para a declaração política do MLSTP/PSD.
- O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): «Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados da Nação, Exmo. Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelências: Nos termos da Lei n.º 4/2007, Lei Orgânica da Assembleia Nacional, no seu artigo 55.º, no que concerne à elaboração do orçamento, lê-se o seguinte, "o projecto do orçamento da Assembleia Nacional é elaborado até o dia 15 de Outubro de cada ano pelos serviços competentes, sob a coordenação do Secretário-geral da Assembleia Nacional, de acordo com as orientações objectivas previamente fixadas pelo Conselho de Administração, que submete à apreciação do Plenário".

Propor sugestivamente algumas indicações, é neste cumprimento desta orientação que este órgão se encontra reunido para, mais uma vez, avaliar, analisar e propor sugestivamente algumas orientações, com vista a adoptar este importante instrumento da administração financeira da Assembleia Nacional de elementos orientadores, no que tange à sua gestão funcional.

É do conhecimento de todos nós que o projecto do orçamento para o ano 2020 será, deveras, afectado pelas medidas apontadas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, por forma a melhorar os indicadores económicos, que são desastrosos, resultante da ausência de políticas, de má gestão financeira dos governos anteriores, desrespeitando todas as regras do bom funcionamento e cumprimento de medidas, tanto na gestão de fundos concedidos ao País, assim como a ausência e o conteúdo de trabalho na produção interna dos bens e serviços.

Sras. e Srs. Deputados, perdoem-me a minha franqueza e objectividade: trabalha-se muito pouco e muitas vezes faz-se de conta que se trabalha, em alguns sectores, adiando o futuro do País rumo ao seu pleno desenvolvimento, numa incessante choramingueira alicerçada por reclamações infundadas. Este hábito infeliz leva-nos a não ter o espírito de que só com o trabalho se dignifica um povo, uma nação, uma sociedade, uma família e, por fim, o cidadão.

Contudo, o nosso objectivo é que este orçamento reflicta, sobretudo, a humanização dos trabalhos dos Srs. Deputados, no âmbito da proximidade com os seus eleitores, de modo que na sua convivência, conheça e participe nas aspirações e necessidades reais em prol do seu desenvolvimento e melhoria da sua condição social.

Neste mandato, elegemos alguns patamares, tais como: a dignificação, o rigor e a contenção. Ciente do contexto situacional, necessário se torna a existência de meios que permitam aos Srs. Deputados e os respectivos serviços da Assembleia Nacional, o devido cumprimento da acção fiscalizadora face às acções governativas.

No quadro do processo de construção da nova visão, projectada para a instituição e apoio aos serviços da Assembleia Nacional, foi solicitado ao Tribunal de Contas, enquanto órgão supremo e independente com a comissão de controlo da legalidade das receitas e despesas públicas, de julgamento das contas que a lei manda submeter-lhe e de efectivação de responsabilidades por infrações e irregularidades financeiras do Estado, como exemplo que nenhum órgão do País está acima da lei.

Ao terminar a minha intervenção, gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Digníssimos Deputados, de transmitir ao Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, uma calorosa saudação, ânimo e coragem de fortalecimento, do apreço dos esforços consecutivos neste primeiro ano da sua acção governativa, que se celebra neste dia 3 de Dezembro.

Registamos com atenção algumas obras, entre as quais não poderíamos deixar de citar, tais como: as de mães carenciadas, das incineradoras, da realização do primeiro fórum de homens e mulheres de negócios, da continuação das estradas e obviamente das escolas.

Não foi fácil essa trajectória espinhosa, contudo, em nome da minha bancada, o MLSTP/PSD, pois sabemos qual é o alvo que focalizamos, que é a melhoria do bem-estar do povo são-tomense, construindo etapas, estratégias para geração futura devidamente consolidada.

Por último, também gostaríamos de felicitar as pessoas que são portadoras de deficiências também dizer-lhes que nós, a nível da Assembleia Nacional, reconhecemos os esforços que são consentidos por esse estrato social.»

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Concluímos o período das declarações políticas, passemos de imediato às intervenções de assuntos políticos de interesse relevante.

Todos os Deputados estão inscritos, aquele que quiser intervir pode pedir a palavra.

Tem palavra o Sr. Deputado António Barros.

- O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, caros presentes, bom dia.
- Sr. Ministro, venho aqui, neste período de antes da ordem do dia, falar de três situações que, neste momento, afecta muito a Região Autónoma do Príncipe.

Numa das sessões que tivemos aqui, já havia pedido o Governo que colocasse o Príncipe nas prioridades das prioridades. Existem algumas situações que me cabe, enquanto Deputado, pôr o Governo ao corrente da situação, para no fundo ajudar a minimizar.

Em primeiro lugar, começaria pela situação energética do Príncipe. É verdade que conheço o porquê da redução do horário de fornecimento da energia no Príncipe, são dois problemas fundamentais, o primeiro problema é a questão do gerador. Incrivelmente, não se compreende, porque segui esse processo entre 2012 e 2016/17, entraram na Região Autónoma do Príncipe quatro grupos de geradores novos, marca Caterpillar, mas infelizmente hoje só temos dois geradores a funcionar e um deles a meio gás. Isso provocou uma redução drástica de energia, passamos de 24 horas por dia para cerca de 12 horas por dia.

Levanto esta questão para chamar atenção do Governo, no seguinte sentido: pelas informações que tenho, está a caminho um novo grupo de geradores, que o Governo mandou comprar para a Região Autónoma do Príncipe, não só, também para São Tomé. O que queria é que o Governo fizesse todos os possíveis que esse grupo de geradores fosse uma espécie de oferta de Natal para a população do Príncipe, no sentido de melhorarmos a energia nesse período de festa. O que quero com isso dizer? Conheço o meu país, sei que as coisas demoram muito, gostaria que o Governo desse todas as diligências, informações que tenho é que dentro de dias o gerador irá chegar, que o gerador chegasse, fosse imediatamente ao

Príncipe e que criassem todas as condições para a sua montagem e a sua colocação em funcionamento, para resolvermos o problema.

Outro problema também que peço a intervenção do Governo é na quantidade de combustível que neste momento se envia para o Príncipe. Houve uma redução, toda gente foi informada de que ao nível do país estrangeiro que nos fornece também houve uma redução, mas do meu ponto de vista a redução que se fez para o Príncipe foi um pouco exagerada. Gostaria que se equacionasse isso, porque o horário que temos de energia agora deixa o Príncipe totalmente parado.

A energia é das 6 às 12 horas, das 18 às 24 horas, mas a partir das 12 horas, o Príncipe está desligado do País e do mundo, está toda gente que presta serviço parada, mesmo na função pública. Isto não tem sido bom, tem sido muito prejudicial para a Região Autónoma do Príncipe.

Há uma outra questão que quero aqui também solicitar, pedido de esclarecimento, porque no Príncipe há duas versões e isto tem estado a afectar muito as pessoas. É uma questão ligada ao atraso de salário. Andei a solicitar e tive informações de que, em São Tomé, o salário não tem estado a atrasar, a não ser este mês que houve um problema de sistema, mas no Príncipe alguém tem que explicar isso. Há quem diga que as transferências de São Tomé são feitas a tempo e horas, mas na Região há alguma coisa que precisa acertar, que que tem estado a atrasar o salário. Há quem diga que não. Confesso que não consigo explicar isso, mas alguém tem que explicar, porque tem estado a penalizar muito a população na Região. Quando falo disso, e o Governo Central também precisa clarificar isso, porque é necessário se saber quais são as responsabilidades que o Governo regional, enquanto governo tem para com o Príncipe e quais são as responsabilidades que o Governo Central tem para com o Príncipe.

Hoje, infelizmente, vivemos num Príncipe onde a população foi instrumentalizada de tal modo, que tudo de bom que acontece dizem que é do Governo Regional e tudo de mal dizem que é Governo Central. A população precisa saber qual é a responsabilidade. Peço ao Governo Central que torne isso público para a população saber, porque o Príncipe não pode continuar com essa de, se a falta óleo, sal, açúcar, gasóleo, gasolina, é Governo Central. A população tem que saber, porque temos que saber até que ponto o próprio Governo Regional, enquanto governo, também tem responsabilidades com a população do Príncipe, para que determinadas situações não aconteçam.

Isto é um esclarecimento, porque hoje em dia o povo do Príncipe não sabe quem assume determinadas responsabilidades, e a verdade é que o Governo Central tem desvantagem nisso, porque a campanha que lá está é que tudo que falta é culpa do Governo Central.

Gostaria de ver isso esclarecido. Enquanto Deputado eleito no Príncipe, tenho a obrigação de defender o meu povo que me elegeu, sempre o fiz, continuarei a fazer e é por isso que estou cá a chamar atenção, para que de facto se esclareça toda essa situação no Príncipe.

Há uma terceira questão que tem a ver com a saúde. Em relação a isso, quero felicitar o Governo, porque participei numa operação que o Governo diligenciou para salvar uma vida, num processo de frete de um avião, muito dispendioso, mas tinha que ser. Agradeço o Governo, peço para continue, mas nesse processo, já sabia, mas pensei que era um problema que já tinha sido resolvido. Uma ambulância levou uma senhora para aeroporto, estive a ir organizar o processo de voo dos doentes para irem para o Príncipe. Na ambulância que levou a senhora, estava de cadeira de roda, levou também uma senhora jovem e um bebé. Até estranhei como a senhora foi de ambulância, mas me disseram que já tinha terminado a consulta há 2 meses, mas porque não tinha onde estar estava a viver no hospital, correndo o risco de contrair outras doenças.

Peço ao Governo que dê uma atenção aos doentes, quando vêm do Príncipe, porque muito deles, depois de terminar a consulta, ficam aqui a Deus dará, sem condições alguma, como aconteceu com aquela senhora que ficou 2 meses a viver no hospital, com a criança. Isso é algo que se tem que tratar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia.

Tomo a palavra para colocar três questões, uma em relação ao roubo de energia. A responsável do Fundo Monetário Internacional nos havia dito que quase 40% da energia é perdida na rede e outra por causa do roubo de energia. É preciso que tentemos ajudar a EMAE e as instituições afins, para que possam criar medidas mais gravosas e legislações, no sentido de pôr cobro a esta situação. Porque a situação de energia, sabemos também que tem muito a ver com esta questão do roubo de energia e também dos locais onde, anteriormente, não pagavam energia por uma questão específica. Hoje, no Bairro Militar, por exemplo, já lá não estão militares. É bom que se comece a ter mais atenção a isto.

Ainda na questão do roubo, gostaria de falar do roubo nas parcelas de terra. Os agricultores têm criticado muito, porque queremos desenvolver a agricultura e melhorá-la para ajudar o País a desenvolver, mas as pessoas estão motivadas a plantar. Quando a hora de colher, os outros é que vão lá colher.

Contando uma passagem muito rápida, tenho um amigo que é agricultor já há muitos anos e ele disseme: «migu mu ê, a cá futá. Nga chimiá 50, un cebê cuma 10 dê ca daná, magi ladlón ca futá 40. Cantu ca fica ê?» Então, é nessas situações que precisamos ajudar a criar medidas e penas mais gravosas para pôr cobro a esta situação, melhorar e motivar os agricultores a continuarem a produzir.

Tem-se criticado muito também de pessoas que ficam nas festas até altas horas, causando a poluição sonora, incomodando a vizinhança. Algumas pessoas dirigem-se à Polícia e, às vezes, dizem que não há leis para pôr cobro a isso. Só pedem as pessoas para desligar o rádio, mas depois de 30 minutos ou 1 hora elas voltam a ligar, não proporcionando um bom ambiente e arranjando cada vez mais problemas na sociedade com esse tipo de iniciativa.

No que concerne também às visitas que fizemos ao hospital, ouvimos os enfermeiros e médicos, concernente aos exames ginecológicos feitos, dizendo que às vezes ficam entregues à sua sorte, por isso é que ficam um pouco reticentes em fazer o teste ou aquele exame, porque são colocados, às vezes, no Tribunal, no lugar de réu. Precisamos dar alguma dignidade àquele profissional que quer, com dignidade, exercer a sua função. Daí, Sr. Presidente, que seria bom conseguirmos ajudar a legislar sobre essa situação, para que os enfermeiros e médicos não fiquem entregues à sua sorte. Há outros que até dizem que lhes colocam junto a criminosos, deixando-lhes assim reféns de qualquer outra situação.

São estas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados: Tomo a palavra neste ponto da ordem do dia, para citar o que está escrito desde o ano 2000, o Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º 8/2001, publicada no *Diário da República* n.º 8, de 21 de Dezembro de 2001. Diz o artigo 1.º: «A presente lei define o Estatuto de Direito de Oposição, reconhecida aos partidos políticos e minorias representados na Assembleia Nacional, Regional ou Distrital que não façam parte do Governo ou dos respectivos órgãos executivos, bem como as formas como as mesmas poderão ser exercidas, sem prejuízo ao direito geral de oposição.»

O artigo 2.º diz: «O Direito de oposição é assegurado às minorias e aos partidos políticos, representados na Assembleia Nacional, Regional ou Distrital, a que não façam parte nos respectivos órgãos executivos, o direito de construir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos regional ou distrital, nos termos da Constituição e da presente lei.»

O artigo 3.º, definição, diz:

«Ponto 1. Entende-se por oposição a actividade democrática e o acompanhamento, a fiscalização e críticas das orientações políticas do Governo e dos órgãos executivos regional ou distrital, bem como a formação de alternativas constitucionais legítimas ao Governo e aos órgãos executivos regional ou distrital.

Ponto 2. O direito de oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstas na Constituição e nas leis.»

O artigo 4.º, titularidade, por falta de tempo vou começar no ponto 2: «São também titulares do direito de oposição os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados na Assembleia Nacional e nas suas assembleias regional ou distrital, nos termos do número anterior e desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas.

Ponto 3. A presente lei não prejudica o direito de oposição, nem os direitos reconhecidos pela Constituição e demais leis, a todos os partidos políticos legalmente constituídos e sem representação em qualquer dos órgãos referidos nos números anteriores.»

Salto o artigo 5.º, que fala dos direitos parlamentares e direito de informação, e passo a ler o artigo 7.º, caras e caros Deputados, que diz...

- O Sr. **Presidente**: Desculpe, mas a Sra. Deputada já não tem tempo, já ultrapassou os 30 segundos.
- O Sr. Ekneide Santos (ADI): O Grupo Parlamentar do ADI concede-lhe mais 2 minutos.
- O Sr. **Presidente**: Portanto, Sra. Deputada, tem mais 2 minutos do Grupo Parlamentar do ADI. Pode prosseguir.
 - O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): Dois só?!
 - A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): «Artigo 7.º, direito de participação.

Os partidos políticos da oposição têm o direito de pronunciar e intervir publicamente pelos meios constitucionais e legalmente estabelecidos sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os actos e actividades oficiais que, pela sua natureza, justifiquem.» Fico por aqui, para fazermos o exame de consciência sobre aquilo que tenho estado a passar nesta Casa Parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados: Tomo a palavra apenas para aproveitar este momento, neste fórum, para fazer um apelo, para reverem a política direcionada aos distritos de São

Tomé e Príncipe, vendo não só pelo número de habitantes, mas também a situação geográfica. Falo isso por quê? Participei num fórum, em que se viu que a pobreza continua a assolar os Distritos de Caué e de Lobata. Estava melhor, hoje está pior em termos de pobreza, com 83%. Isto é triste! Portanto, peço, através desta Tribuna, que revejam as políticas que têm direcionado para o Distrito de Lobata, por um lado.

Por outro lado, a água é um bem precioso e um dos propósitos do Governo é melhorar. A nível do Distrito de Lobata, a situação está pior. Portanto, se quisermos melhorar, é bom que façam bem a racionalização de água para todos.

Aproveito também para dizer aos Srs. Ministros que levem a mensagem para o Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional. Nós, como Deputados nacionais, queremos que o trabalho seja bem feito, relativamente à família e àquilo que são os objectivos traçados para a cumprir como deve ser. Falo isso por quê? Tem-se estado a distribuir donativos às mães carenciadas, mas se fizermos um levantamento exaustivo, há muitas pessoas que têm rendimento que estão a receber este donativo.

Por favor, estou a pedir-vos, como membros do Governo, que levem esta preocupação para o Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, para que ele revisite a lista nominal dessas mães carenciadas. Se já receberam desta primeira vez, tudo bem, não temos mais nada a fazer, mas para as próximas vezes que na realidade quem mais precise é que deve receber esse valor.

- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.
- O Sr. Arlindo Ramos (ADI): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.
- Sr. Presidente, eu podia deixar esse assunto para o debate orçamental, mas devido a onda de reclamações e de contestação que se tem estado a verificar no País, achei por bem trazer este assunto hoje, para prepararmos o espírito para o debate do orçamento.

Numa sessão plenária anterior, havíamos concedido ao Governo uma autorização legislativa para legislar sobre diferentes taxas de impostos, alteração, anulação e também alguma regulamentação neste aspecto.

Recordo também que, na altura da aprovação do OGE de 2019, o Governo havia dito que, no governo anterior, o aumento da taxa sobre as bebidas alcoólicas não produziu o efeito desejado, ou seja, não produziu o aumento de receitas fiscais, e que o Governo decidiu, através da Lei do Orçamento, baixar as referidas taxas, de forma a permitir o aumento da receita. Acontece, porém, que, com a autorização legislativa, o Governo duplica essas taxas, em vez de diminuir aumenta, uma taxa de acréscimo de mais de 100%, em relação à taxa anterior. Quer dizer, além de não ter baixado, duplica essas mesmas taxas, é um dos aspectos.

Outro aspecto é a alteração substancial a 200% do imposto sobre o consumo, tudo com a anuência da Assembleia Nacional. Demos essa autorização para que o Governo fizesse isso. Portanto, a taxa do imposto sobre o consumo saiu de 5% para 15%, em relação à restauração, hotelaria e as telecomunicações. Por isso, chamo atenção para as próximas autorizações legislativas, que devemos discutir seriamente, de forma a não permitirmos que isso se faça, e com a anuência da Assembleia Nacional.

Por outro lado, há uma questão de anulação do artigo 74.º da Lei que institui os impostos sobre os salários, imposto de pessoas singulares. O Governo aproveitou da autorização legislativa e anulou as deduções deste imposto, que era feito aos trabalhadores da função pública. Isto provocou uma onda de contestação, porquê? Não houve um pré-esclarecimento sobre a matéria. Não estamos contra a anulação das deduções, mas estamos contra a forma como o Governo desencadeou esse processo, apanhando os trabalhadores singulares desprevenidos e de uma forma até surpreendente. Por isso, são assuntos que deveríamos trazer para a nossa análise. Não gostaria de ir ao fundo da questão, mas era preciso analisarmos todo esse processo publicado no Decreto-lei da autorização legislativa que o Governo usou para alterar as taxas.

Gostaria de deixar aqui já o meu aviso de que serei portador de uma iniciativa para submetermos esse Decreto-lei à apreciação do Parlamento e à sua não ratificação.

- O Sr. **Presidente**: Tem palavra o Sr. Deputado José António Miguel.
- O Sr. José António Miguel (ADI): Sr. Presidente, Sr. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Hoje é dia de aniversário. É o primeiro ano da governação da actual maioria. Nós, os Deputados, fizemos o nosso. Estamos a 1 ano do nosso mandato enquanto Deputados, uma nova legislatura. Gostaria de felicitar a todos. Todos merecemos felicitação, porque fizemos 1 ano do nosso mandato.

Com relação ao Governo, hoje, dia 3 de Dezembro, o Governo completou 1 ano de mandato. Há um deputado que me antecedeu que dizia que o salário atrasa bastante na Região Autónoma do Príncipe. Os funcionários no Príncipe têm estado a receber com um atraso substancial. Só para o informar que também em São Tomé os funcionários têm estado a receber com um atraso substancial.

É um assunto que merece reflexão, porque o Governo diz que não recorre à banca para fazer empréstimos e avanços de salários. No entanto, deixa a população numa situação muito complicada. Os funcionários estão com problemas muito sérios, porque grande parte dos mesmos na nossa República devem aos bancos e se o salário sai atrasado as pessoas que têm dívida com o banco devem pagar o

chamado juro de mora. Por isso, é um assunto que tem que ser muito bem pensado, não havendo outra alternativa, porque se houvesse o Governo estaria a pagar o salário no máximo até o dia 30 de cada mês. Se paga até os dias 8, 9, 10, quer dizer que está com problemas sérios e não vale a pena vir dizer que não paga recorrendo ao banco, deixando os funcionários numa situação complicada.

O Governo já aproveitou, como dizia o meu colega, da autorização legislativa para tirar dinheiro nos bolsos das pessoas, 10% foi o valor que tirou. Há pessoas que viram o seu salário ser descontado em cerca de 200 a 300 dobras. Há pessoas, se calhar, muito mais, dependendo daquilo que cada um aufere, por isso o Governo deveria ter a consciência do balanço que vai fazer hoje com os motoqueiros, *palaiês* e outros funcionários.

A bandeira deste Governo foi baixar tudo e por aí gostaria de dizer que o Governo baixou tudo mesmo. O Governo começou por baixar o combustível. O combustível agora está mais barato do que no governo anterior. O Governo baixou os impostos sobre o consumo, de 5% para 15%.

Por isso, temos de ser sérios e coerentes com aquilo que dizemos. Prometer que vem baixar e afinal aumentar tudo a mais de 200%, isto é gravíssimo!

O Governo prometeu não só baixar os impostos, baixou de facto, não sei que tipo de balanço irá fazer, mas tem que haver uma tomada de consciência de que as coisas não estão a ir bem. Não precisa de oposição para dizer que as coisas não estão indo bem, porque se estivermos atentos a outras intervenções, não precisam de oposição.

A energia no Príncipe está terrível, não só lá como em São Tomé, o salário chega a ser pago 40 dias depois. Por isso, não sei que tipo de balanço vão fazer, saberão, mas é preciso alertar as pessoas, porque a situação está muito, mas muito grave.

Fizemos visitas aos centros de saúde e ao Hospital Central, a situação não está boa. É preciso sermos francos! É verdade que pode haver mestria, habilidade de uns e outros administradores, mas a coisa não está bonita. Ainda não temos o relatório da visita concluído, não gostaria de avançar pormenores, mas que a coisa não está bonita, não está!

Temos que fazer um balanço sério, desapaixonado, porque de facto a situação requer uma maior atenção por parte do Governo.

Numa das reuniões anteriores, dizia que não vale a pena o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares responder tudo, porque não sei se ele seria capaz de responder às questões que estamos a colocar agora. Por que é que os funcionários recebem o salário até o dia 10? Não sei se o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares poderá vir cá explicar isso. Por isso, estou a dizer que o assunto requer muita atenção.

Outra questão que se fez aqui propaganda tem a ver com as notas de 200 dobras. Este assunto tem que ser muito bem explicado, porque há pessoas que não estão a entender esta questão. Quem sabe poderá aparecer outros Deputados que queiram abordar este assunto, se assim for é bom, porque requer uma explicação mais concreta, mais realista, mais factual, e não fazermos politiquice com tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

O Sr. Ekneide Santos (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Trago algumas preocupações ao nível do nosso país, uma delas é vista por todos nós na comunicação social, que é o aumento da criminalidade. É preocupante que todos os dias o balanço da polícia nacional aponte para um crescimento galopante daquilo que é a criminalidade no nosso país. Gostaria de pedir aqui ao Governo, através do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que pudesse olhar para isso. O aumento da criminalidade, assalto à mão armada e não só, é preocupante a nível do nosso país. Devemos olhar para isso com muita atenção.

A outra questão também que me preocupa bastante, para o Ministério da Educação, é a questão da velocidade dos autocarros escolares. Nos últimos tempos, pelo menos em Água Grande, houve dois acidentes com os autocarros escolares e a causa, pelo menos por aquilo que ouvimos dos alunos, é sempre excesso de velocidade. Essa questão é importante para quem tem filhos que andam nas viaturas escolares. Sabemos que hoje não temos viaturas que abarcam o maior número de alunos. Os alunos vão em pé ou sentados aluno sobre aluno. Há que haver responsabilidade por parte do Ministério da Educação e Ensino Superior, relativamente a esta questão.

Como disse aqui a Sra. Deputada, a questão da bolsa família também preocupa bastante. Gostaria de dizer que é algo que poderá beneficiar as famílias sim, mas gostaríamos que houvesse mais transparência na selecção dessas famílias. A olho nu, para quem vê a televisão, fala-se de bolsas família para famílias que estão na extrema pobreza, vê-se logo. Conheço pessoas de Água Grande que trabalham, mas vi na lista e na televisão.

Gostaríamos de perceber qual é o critério que está a ser utilizado na selecção dessas famílias. A nível de São Tomé e Príncipe, por aquilo que já percebi, a nível da Segurança Social não existe um critério para agrupar quem são as pessoas mais vulneráveis em São Tomé e Príncipe.

Digo isto, por causa de um caso que tomei conhecimento, de uma cidadã, no Distrito de Lobata, que por falta de 10 dobras não pôde fazer a consulta. Estou de acordo que todos devem pagar, mas temos que saber realmente, em São Tomé e Príncipe, quem pode e quem não pode pagar! Não podemos fixar taxas e

dizer que há famílias que são pobres, vulneráveis, mas quando chegam ao centro de saúde ou a escolas, não podem matricular os seus filhos. É extensivo também a educação.

Discutimos isso em 4.ª Comissão, direitos humanos e cidadania. Onde vão os direitos das pessoas? É verdade que as pessoas têm todo o direito de pagar as taxas, devem contribuir, mas há pessoas que não têm condições e não podemos negar direito à saúde e educação, são princípios básicos.

Se não estou em erro, essa cidadã é de Santo Amaro, não sei se é por causa disso ou não, mas acabou por falecer.

A minha preocupação vai no sentido de nós, aqui ao nível da Assembleia Nacional, definirmos o modelo ou o critério de seleção das pessoas que realmente são famílias carenciadas em São Tomé e Príncipe, porque não há critérios. Nós queremos uma inclusão social para todos, queremos uma educação para todos, queremos saúde para todos, há de facto quem pode pagar, mas também há quem não pode pagar. Portanto, há que fazer-se um exercício neste sentido, para nós definirmos realmente quem são as pessoas que realmente podem pagar e as que não podem pagar em São Tomé e Príncipe.

A questão também das bolsas internas que estão neste momento, as bolsas internas, abertura para candidaturas das bolsas internas. Eu gostaria de pedir, mais uma vez, aqui ao Ministério da Educação, que fossem também mais transparentes nesta matéria, dando realmente as bolsas às famílias que precisam, aos filhos daqueles que precisam realmente dessas bolsas internas, porque só o custo que os alunos têm para se candidatar a essa bolsa interna, melhor se eles ficassem com aquele valor, porque um filho de pobre, para conseguir esses documentos, é acima de 1 000 dobras. É atestado médico, atestado de residência, atestado disto e daquilo, é um custo elevadíssimo para um filho de pobre, e no final não tem de facto essa bolsa. Portanto, esses critérios não são só na educação e na saúde. É um critério a nível nacional, para sabermos realmente quem são essas famílias, quem pode ser o beneficiário. Para que essa questão de famílias vulneráveis fique claro a nível nacional, devemos pensar numa legislação para pôr fim a esta questão.

Por último, água potável, já disse aqui a Sra. Deputada, em Água Grande também temos vindo a deparar-nos com essa situação, há zonas em que nunca faltava água potável nos chafarizes e não só, mas hoje é preocupante. Eu não sei se é uma questão de gestão ou uma questão dos recursos naturais, mas de facto é preocupante. Gostaria que o Sr. Ministro tomasse boa nota, para que visse essa situação, relativamente à água potável ao nível do nosso distrito, e não só. Em Água Grande, tem-se verificado que tem estado a faltar água potável. Se houver uma forma de gestão, que comunicassem a população quais são os dias, para que cada um fizesse o seu plano de abastecimento, no seu dia a dia.

Aplausos do ADI.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio José.

O Sr. **Ermindo José** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, estimados Deputados, bom dia.

Alguns Deputados que me antecederam fizeram referência justamente ao dia de hoje, como dia do aniversário do Governo. Trago por acaso uma mensagem do povo são-tomense para o Governo: «povo di santomé mecê flâ nansé cuma povo sá cú nansê. Nón sebê mé kuma nancé toma tela danadu kotó kotó, kofli kú tava ku djelo di povo, a klókló ê lóló», e era de facto necessário um tempo para organizar e contatar os parceiros. Hoje, nos finais do mês de Novembro, começa-se a sentir alguma melhoria, resultado de alguma estabilidade do Governo. É também necessário dizer que apesar desse tempo de conversação com os nossos parceiros, notou-se clara melhoria.

Por exemplo, hoje, fala-se bastante à vontade, sem receio de represálias. É uma melhoria significativa, quando se fala do Estado de Direito Democrático.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Falou-se de aumento ou baixa de preço, também se falou de consciência, não é? Nos Registos e Notariado, regista-se hoje que se baixou o preço de muitas coisas. É uma melhoria, tem-se que falar disso também.

Falou-se de preço do passaporte com algum equilíbrio, também houve melhoria.

Gostaria de dizer que o meu professor nem está a sê-lo aqui, enfim!

Queria fechar esta intervenção com uma mensagem ou máxima ao Governo que diz o seguinte: «o facto é o fundamento da verdade e a prática é o caminho obrigatório para o sucesso». Está também dito: «conversas vazias prejudicam a Nação e trabalhos práticos fazem prosperar a Nação». Continue o Governo fazendo o seu trabalho. Esperemos que o próximo ano seja ano de mais melhorias.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Continuo a desafiar, pelo facto de sermos 200 000 habitantes. Eu não sei quem é que vamos culpar. A maior nossa pobreza, meus senhores, é a desorganização. Todos nós, a partir do Presidente da República até a sociedade civil, estamos desorganizados. Então, não podemos deitar culpa em ninguém. Quero dizer que a nossa pobreza é fácil de se eliminar, se todos nós, 200 000 habitantes, tivermos a consciência de nos organizarmos. Não vale a pena virmos deitar a culpa no João e no Pedro. A politiquice é de mais, vandalismo é uma dor da cabeça, neste país. Portanto, meus senhores, nada é impossível, se todos nós contribuirmos, os 55 Deputados, para resolver o problema, para que este país possa dar um passo amanhã. Nós não podemos culpar o João. Eu não vou culpar este Governo, com 1 ano, nem tão pouco o outro governo. Nós estamos desorganizados, então não vale a pena culpar ninguém. O País precisa que nós nos organizemos. O mínimo que estamos a fazer é muito pouco. É preciso nos organizarmos, para fazermos duas, três, quatro, cinco vezes mais do que estamos a fazer. Nós estamos a fazer muito pouco e queremos tudo. Eu não sei quem nos vai dar isso. Espero que, no próximo ano 2020, as coisas mudem.

Nós os são-tomenses temos que ter a consciência de que não estamos a contribuir para o progresso. Uns estão a contribuir, mas outros a destruir. Nós queremos uma crítica construtiva....

Uma voz: — Sim senhor, muito bem! *Aplausos.*

Uma voz: — ...para aumentar a produção.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — ...para aumentar a produção e a produtividade.

Risos e aplausos gerais.

Em Lembá, temos 16 000 habitantes, mas a pobreza está a nos enfrentar. Temos problemas de estrada, da pesca, de agricultura, que é fundamental em São Tomé e Príncipe...

Uma voz: — Cacaôôôô!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — ...nós temos que produzir para aumentar a produção e a produtividade, meus senhores. Senão, não há hipótese, não haverá governo que venha aqui sustentar toda gente sem trabalhar. Temos que tirar o cavalinho da chuva. Vamos organizar todos os partidos políticos, para pormos este país a andar para frente. Ninguém vem aqui, com eu sei, porque João é podre. Nada disto! O Primeiro-Ministro não faz milagres. Eu quero ver que primeiro-ministro poderemos arranjar, que faça milagres, para que desenvolva este povo em 6 meses. Temos que trabalhar! Qual é o problema?

Vamos organizar, fazer sensibilização, para diminuirmos o vandalismo, dizer que isso não pode ser, que toda gente tem que trabalhar. Hoje os agricultores estão a viver uma vida difícil. Eles fazem canteiros, metem plantas, no dia seguinte de manhã, eles já não vêem plantas, roubam tudo. Há pessoas a trabalharem, mas há sabotagem!

Meus senhores, eu fico por aqui, porque quero deixar uns minutos para os outros.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Hoje trago um assunto a nível nacional e três a nível regional.

Sr. Presidente, a nível nacional, gostaria rapidamente de passar-vos uma informação. Sr. Ministro, esta vai direcionadamente para si e também para caros os Deputados. Tivemos conhecimento de que, no dia 24 de Setembro deste ano, a menos de 1 mês, um cidadão austríaco foi visto no aeroporto a tentar viajar com duas malas, contendo notas de 200 dobras, segundo fontes seguras. Depois de detectar isto, imediatamente contactaram os dirigentes do Banco Central e ninguém estava disponível.

Segundo as informações, o contacto feito à Polícia Judiciária em nada resultou. Bem, aí aflitos com a situação, contactaram o Comandante-geral da Polícia. Este, inicialmente, disse que não sabia o que fazer. Sugeriu que se falasse com o Ministro da Defesa e Ordem Interna, que por sua vez ordenou que as duas malas de 200 dobras fossem guardadas no seu Ministério.

Bem, a pergunta é: se as notas já tinham sido retiradas de circulação, onde levaria este cidadão as referidas notas? Este é um pedido de esclarecimento, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, juntamente ao Sr. Primeiro-Ministro. Por que razão esse cidadão não foi detido? O que fez o Governo para poder diligenciar expedientes nesse vergonhoso acto, Sr. Ministro? Este assunto, pedimos também ao Ministério Público que investigue. Posteriormente teremos mais desenvolvimentos.

A nível dos três assuntos da Região Autónoma do Príncipe, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, porta-voz do Governo aqui nesta Casa Parlamentar, a Região Autónoma do Príncipe tem-se confrontado, nos últimos tempos, com muitas situações, e três delas muito gritantes, já foi aqui dito. Uma delas é a situação energética, outra é o custo de vida que não é só a nível da região, mas a nível nacional, e também a situação de transporte marítimo inter-ilhas.

A situação está cada vez catastrófica, está cada vez caótica, o Governo tem que tomar medidas, tem que fazer alguma coisa, porque são estes três pilares que movimentam a economia do Príncipe. São a base da movimentação da economia, estão a degradar-se a cada dia que passa e o Governo nada diz. Prometeu um barco, mais não sei se o barco veio. Precisamos que se façam coisas.

A questão de energia elétrica está a fazer baixar a economia dos pequenos comerciantes, das pessoas, das nossas mães *palaiês* responsáveis e chefes de família, que já não conseguem ter o seu gelado, pelo menos 12 horas numa arca, para poder vender e comprar cadernos e esferográficas para os filhos. É preocupante! Falo só dessas pessoas que têm mais dificuldades na vida. Tem-se que fazer algo!

Sr. Ministro, queria rapidamente fazer um reparo. Na autorização legislativa que o colega Deputado Arlindo Ramos falou aqui, é preciso que o povo saiba que o ADI, na altura, absteve sobre essa autorização legislativa....

Uma voz: — Absteve-se.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): —...absteve-se, muito obrigado, Sr. Deputado. Absteve-se, porque já sabia que de facto o Governo não iria seguir na íntegra aquilo que pediu. Eu como disse, subscrevo, devemos pedir que se faça uma fiscalização.

Eu quero aqui agradecer a Sra. Deputada Filomena, gosto muito de si...

Murmúrios.

... Sra. Deputada, eu repito, eu gosto muito de si, porque a Sra. Deputada fala claro. Hoje fiquei a saber que no Distrito de Lobata a pobreza está a 83%. Digo mais, tenho quase a certeza, empiricamente, vendo as coisas na Região Autónoma do Príncipe, há regiões, por exemplo, São Joaquim, que deve estar muito mais de 83%. Isto é preocupante e devemos acautelar esses aspectos.

Queria, rapidamente, aqui neste Púlpito, felicitar os nossos companheiros, os cidadãos são-tomenses, dois jovens, um agricultor e outro cozinheiro, que têm vindo a fazer um trabalho excelente ao nível da comunicação social, ultrapassando a própria TVS, passando informações aos nossos concidadãos, que são os *Anda Pligu*. Felicitações a estes dois jovens!

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, damos por encerrado este período de intervenções e passemos de imediato ao período da ordem do dia. Temos três assuntos agendados, foram todos publicados no *Diário*, gostaria de saber se algum dos Srs. Deputados quer propor algum ponto suplementar.

Não sendo o caso, ficam fixados os três pontos aprovados em Conferência e publicado no *Diário*.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

- O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): Sr. Presidente, o primeiro ponto trata-se da discussão na generalidade, especialidade e votação final global do projeto de resolução n.º 58/XI/3.ª/2019 Orçamento da Assembleia Nacional (OAN) para o Ano Económico de 2020.
- O Sr. **Presidente**: Com efeito, peço ao Sr. Presidente do Conselho de Administração que faça apresentação.
- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados, a todos as minhas saudações.

Vou passar à apresentação do orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2020.

Portanto, temos um projeto onde o Conselho de Administração fixou o objectivo genérico. O objectivo passa por proporcionar um bom ambiente de trabalho aos Deputados e funcionários, potencializar o desenvolvimento dos recursos humanos, dinamizar a cooperação parlamentar e inter-parlamentar, preparativos para realização da Assembleia Parlamentar das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), programa de atividades para 2020 e a construção da nova sede da Assembleia Nacional ou a reabilitação da actual sede.

Portanto, para a elaboração desse projeto de orçamento de 2020, teve-se em conta os objetivos fixados pelo Conselho de Administração, bem como a execução até princípio de Novembro de 2019.

Tomando em consideração, dentre outros critérios, a fixação do valor dos bens e serviços correntes, tomando como base a execução provisória das despesas até princípio de Novembro de 2019.

As moedas estrangeiras, estão fixados nos câmbios médios em dobras, sendo 1 dólar, 21 dobras, 1 euro, 24.5 dobras.

O projeto de orçamento para 2020 está fixado num valor de Dbs. 130.876.599,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e noventa e nove dobras), sendo Dbs. 75.050.295,00 (setenta e

cinco milhões, cinquenta mil, duzentos e noventa e cinco dobras), para as despesas correntes e Dbs.55.826.262,00 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras), correspondente às despesas de capital.

Conforme indica o quadro seguinte, o valor das despesas de capital e correntes é de Dbs.130.876.599,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e noventa e nove dobras), em que as despesas correntes rondam Dbs.75.050.295,00 (setenta e cinco milhões, cinquenta mil, duzentos e noventa e cinco dobras), da parte de Estado são-tomense, o Tesouro Público entra com Dbs. 74.741.274,00 (setenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e uma mil, duzentos e setenta e quatro dobras), onde a Assembleia entra com a receita própria, em Dbs.209.023,00 (duzentos e nove mil e vinte e três dobras), e outras receitas correntes no valor de Dbs.100.000,00 (cem mil dobras).

No que diz respeito às despesas de capital, Dbs.55.826.262,00 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras), proveniente dos seguintes países amigos, que vão contribuir. Primeiro começa com o Estado que entra com Dbs.10.826.262,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras), do Tesouro Público, através do PNUD (Projeto Pro PALOP-TL-ISC)/Boa Governação, entra com Dbs.1.000.000,00 (um milhão de dobras), a República Popular da China Dbs. 20.000 000,00 (vinte milhões de dobras), a Guiné Equatorial Dbs.8.000.000,00 (oito milhões de dobras), Timor-Leste Dbs.8.000.000,00 (oito milhões de dobras), e Marrocos Dbs.8.000.000,00 (oito milhões de dobras).

O orçamento da Assembleia Nacional para 2020 teve um aumento geral de 77% em relação ao ano anterior. Assim sendo, as despesas correntes aumentaram em 10,8%, enquanto que as despesas de capital tiveram um aumento de 144% em relação ao ano anterior.

No que se refere às despesas em geral, pretende-se dar prioridade às seguintes acções: acelerar o bom funcionamento dos serviços, executando o quadro as actividades programadas, potencialização e melhoria dos recursos humanos, garantir as melhorias de condições de trabalho, dinamizar a cooperação parlamentar e inter-parlamentar, continuar com a promoção do Parlamento Infanto-Juvenil, a criação de condições para a realização da Assembleia Parlamentar da CPLP, promoção e melhoria da imagem do Parlamento e aquisição de meios rolantes.

A seguir temos um quadrado, onde espelha uma forma mais detelhada do orçamento, que passo a citar: em termos de despesas com pessoal, temos Dbs. 50.702.857,00 (cinquenta milhões, setecentos e dois mil e oitocentos e cinquenta e sete dobras), equivalente a 67,56%; em deslocação Dbs. 5.444.880,13 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta dobras e treze cêntimos), equivalente a 7,25%; aquisição de serviços Dbs. 3.082.812,80 (três milhões e oitenta e dois mil, oitocentos e doze dobras e oitenta cêntimos), equivalente a 4,11%; encargos com junta médica Dbs.799.040,87 (setecentos e noventa e nove mil e quarenta dobras e oitenta e sete cêntimos), equivalente a 1,06%; órgãos autónomos Dbs. 8.434.611,00 (oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e onze dobras), equivalente a 11,24%; grupos parlamentares, Dbs.3.735.307,82 (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, trezentos e sete dobras e oitenta e dois cêntimos), equivalente a 4,98%; subvenção aos partidos políticos Dbs.1.178.467,00 (um milhão, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete dobras), equivalente a 1,57%; aquisição de bens 2.770.660,94 (dois milhões, setecentos e setenta mil, seiscentos e sessenta e noventa e quatro cêntimos), equivalente 3,69%; e quotas com UIP e UPA Dbs. 836.750,00 (oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta dobras), equivalente a 1,11%.

No que respeita às despesas de capital, temos o valor total de Dbs.55.826.262,00 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras) aquisição de bens/móveis Dbs.7.060.070,00 (sete milhões e sessenta mil e setenta dobras), equivalente a 12,65%; aquisição de serviços Dbs. 46.766.192,00 (quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis mil e cento e noventa e duas dobras), equivalente a 83,77%; formação Dbs.1.000.000,00 (um milhão de dobras), equivalente a 1,79%; apoio PNUD Dbs.1.000.000,00 (um milhão de dobras), equivalente a 1,79%.

Caras e Caros Deputados, é este o orçamento que temos para o ano 2020.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, o orçamento da Assembleia não carece de parecer. Estamos a apreciar na generalidade, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — A primeira questão, estamos a analisar o orçamento da Assembleia, esta proposta de orçamento não nos apresenta a execução orçamental do ano 2019. Que a nossa análise deve partir da nossa execução deste ano, para nos permitir avaliar aquilo que é proposto para 2020. Infelizmente o quadro não apresenta, mas tenho algumas questões a levantar em relação a este orçamento. Não houve tempo material suficiente, para que a análise fosse feita de forma coerente, e quero aqui pedir desculpas se porventura fizer alguma má interpretação das incoerências que há no próprio orçamento. Portanto, temos vários mapas, mas há uma certa incoerência nos números. Há uns mapas que têm um valor do mesmo item orçamental, mas que no mapa seguinte apresenta valor superior ou inferior. Por isso é que gostaria de chamar atenção para essa incoerência de números, portanto, que devíamos corrigir antes de proceder à aprovação.

Outra questão, Sr. Presidente, já disse isso num encontro que tivemos com o Conselho de Administração e volto a repetir a minha posição em relação a algumas questões. Estamos num país com a

situação económica difícil, complicada e há uma necessidade de sacrifício de todos. Considero que temos que ter uma política de austeridade parlamentar, porque há despesas que continuamos a fazer sem necessidade para tal, ou num valor superior àquilo que realmente podíamos fazer. Falo concretamente das despesas do Conselho Superior de Imprensa (CSI) e do Gabinete Técnico Eleitoral. Portanto, há uma verba, peço desculpas...

Pausa.

...portanto, o CSI tem uma verba de aproximadamente Dbs. 1 100 000,00 (um milhão e cem mil dobras), e o Gabinete Técnico Eleitoral de aproximadamente Dbs. 600 000,00 (seiscentas mil dobras). O funcionamento do Gabinete Técnico Eleitoral baseia-se na manutenção essencialmente da base de dados eleitoral, velar pela sua conservação, pela sua manutenção e o número de pessoal disponível neste Gabinete. Há duas componentes: uma que é financiada pelo PNUD, em termos de despesas de funcionamento desse Gabinete e há outra componente da responsabilidade da Assembleia. Portanto, para ser claro, acho desnecessária essa verba que está cá. É muito dinheiro para o funcionamento do Gabinete Técnico Eleitoral.

O CSI, todos os seus membros são funcionários públicos. Ou são jornalistas da TVS, ou são da Rádio Nacional, ou outra coisa qualquer, mas funciona como se fosse um órgão, talvez, de consulta, não é um órgão que pudesse ter uma estrutura funcional permanente. Portanto, acho desnecessário esse volume de verba que está destinado ao CSI. Acho que se devia reduzir até 50%.

São esses aspectos, pelo tempo que tivemos para analisar, porque foi de ontem para hoje que recebi o *e-mail*, à noite, não obstante as dificuldades de *internet* que a Assembleia nos fornece para trabalhar em casa, que infelizmente nem aguenta 8 dias, mas vamos gerindo o pouco que temos.

Por isso, Sr. Presidente, este orçamento devia ser aprovado, mas com algumas correcções prévias. Além das incoerências dos números, que um lado diz um valor e outro lado diz outro, há o problema de algumas despesas, que se devia ter em conta, já que temos que ir pelo caminho da retenção...

- O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): Contenção.
- O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): ...já que devíamos ir pelo caminho da contenção. Temos muitos caminhos aqui, muitos *vuá satá* que a gente podia usar, para tentar cumprir esse lema da contenção.
- O Sr. **Presidente**: Estamos a apreciar na generalidade o orçamento da Assembleia Nacional, estão abertas as inscrições.

Pausa.

Não havendo, peço ao Sr. Presidente do Conselho de Administração para tentar esclarecer as incoerências apresentadas pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos.

- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): Sr. Deputado Arlindo Ramos, no que diz respeito à incoerência de números, não diria incoerência. O que entendi é que numas folhas aparece um valor e na tabela aparece outro...
 - O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): No quadro.
 - O Sr. **Mário Rainho** (ADI): No quadro. Então estamos a falar a mesma linguagem. Dá-me apenas alguns minutinhos.

Pausa.

Portanto, o Sr. Deputado não frisou a rubrica, mas presumo que deve estar a falar, se estiver errado que me ajude, mas vou tentar adivinhar o que o Sr. Deputado tinha dito, da despesa com o pessoal. É este o caso?

- O Sr. Arlindo Ramos (ADI): Sim.
- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): Acertei aqui! Realmente no documento temos, na primeira página, no quadrado, um valor de Dbs. 50 702 857,00 (cinquenta milhões setecentos e duas mil e oitocentas e cinquenta e sete dobras), e há-de-aparecer num outro quadrado, na rubrica com o código 1, «remuneração, abonos e encargos sociais», será que se está a referir, porque aqui apareceu Dbs. 50 850 148,00 (cinquenta milhões, oitocentas e cinquenta mil, cento e quarenta e oito dobras), e não Dbs. 50 702 857,00?
 - O Sr. Arlindo Ramos (ADI): Exatamente!

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Aqui não está incluído, no primeiro quadrado, os valores dos «abanos variáveis e eventuais». Aqui na página onde aparece Dbs. 50 850 148,00, está plasmado detalhadamente. É esta a razão, não sei se me fiz entender.

Murmúrios.

Portanto, na segunda página. com Dbs. 50 850 148,00 00 (cinquenta milhões, oitocentas e cinquenta mil, cento e quarenta e oito dobras), isso é detalhadamente, toda a soma. No quadrado logo a frente, há essa diferença, onde a percentagem é de 67,56%.

Há mais algum caso em que possa contribuir?

Murmúrios.

Risos.

Vozes do ADI: — Mau dele!

- O Sr. Presidente: Sr. Deputado, se houver mais alguma questão, depois chamarei.
- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): Mas enquanto isso, queria que o Sr. Deputado Danilo fizesse uma apresentação acerca do balanço, a que se referiu o Sr. Deputado, que queria previamente antes de analisarmos este orçamento. Enviou-se um balanço, o plano de execução até Novembro de 2019, e não sei se os Srs. Deputados receberam? Foi enviado e qualquer um deve tê-lo no seu PC, salvo aqueles com problemas que não tenham recebido.
- O Sr. **Presidente**: Dou a palavra a outro membro do Conselho de Administração, para fazer a leitura do nível de execução orçamental da Assembleia Nacional até Novembro de 2019.
- O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, antes queria prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Arlindo Ramos. Do questionamento que fez em relação ao CSI e o Gabinete Técnico Eleitoral, o Conselho de Administração e os serviços técnicos da Assembleia tomaram em devido tempo, por isso está, na resolução que vamos aqui aprovar, um artigo que orienta os serviços a fazer um seguimento desses organismos externos.

Se estivermos lembrados, no início da Legislatura aprovámos aqui a alteração a orgânica da Assembleia e criámos um gabinete de acompanhamento dos órgãos externos e precisamos, na verdade, implementar isso. Porque, hoje, os órgãos externos fazem a gestão completamente livre, não fazemos a supervisão e precisamos sim. Por isso está na resolução e aí, sim, vamos perceber o quê que esses valores correspondem na prática, se convém ou não convém e poderemos sanar muitas coisas. Tomamos a devida nota, mas já está na resolução esta ressalva.

Com relação ao relatório de execução, todos sabemos e estamos conscientes das dificuldades financeiras que o País atravessa e o orçamento da Assembleia é alimentado, em termos de receitas, basicamente pelas transferências do Governo, mais vulgarmente conhecida por «duodécimos». O Governo tem tido dificuldades para poder fazê-lo. Mas temos uma execução das receitas de 63% e estes mapas estão no ficheiro enviado para cada um dos Srs. Deputados. Basicamente as receitas são dos valores que o Estado envia.

Em termos de receitas de capital, o Governo não transferiu nenhuma verba para a Assembleia Nacional no exercício de 2019, só as despesas correntes, e tivemos uma execução, em termos de receitas correntes, de 63%.

As despesas correntes, basicamente encargos com o pessoal, em grosso do nosso orçamento, é com o pessoal de apoio parlamentar e os Deputados. Não há muitas observações e temos uma execução das despesas de 65%.

Globalmente, no que concerne às despesas e receitas, ou seja, no que concerne à execução do orçamento da Assembleia Nacional para o exercício de 2019, é o que nos oferece. Se existirem outras questões que possamos colaborar e ajudar, estaremos disponíveis para melhor esclarecer.

Queria lembrar que esses mapas estão disponíveis nos nossos e-mails.

- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.
- O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros colegas Deputados, bom dia.

Na intervenção do Sr. Deputado Danilo Santos, relativamente aos órgãos externos à Assembleia Nacional, surgiu uma dúvida.

O que percebi é que a Assembleia transfere dinheiro para estes órgãos e eles não enviam documentos que comprovem a execução das suas actividades. Fico espantado, porque de facto a Assembleia deve pressionar os órgãos para mandar informações financeiras, relativamente à execução financeira, porque a

própria Lei do Enquadramento Orçamental assim obriga. Se obriga a Assembleia Nacional a prestar informações junto aos serviços das Finanças, também obriga as instituições autónomas. Não percebo por que é que se tem que criar mais um órgão, para encarecer mais o erário público, para acompanhar essas instituições. Temos os serviços financeiros da Assembleia Nacional, que deve solicitar informações a esses órgãos.

Não sei se percebi bem a intervenção do Sr. Deputado, mas pareceu-me que esses órgãos fazem despesas a seu bel-prazer, sem prestar contas.

É isso que queria esclarecer, porque, se assim for, é preciso que os serviços da Assembleia exerçam as suas funções de pedir, de 3 em 3 meses, como refere a Lei de Enquadramento Orçamental, informações para que os Deputados também possam apropriar-se dessas informações.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Danilo Santos, membro do Conselho de Administração, irá esclarecer, mas, um ponto prévio: não se está a criar, o órgão já está criado, só não está em funcionamento.

Tem palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

- O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): Com relação ao acompanhamento dos órgãos externos, o que quis é fazer um enquadramento. No início da legislatura, aprovamos aqui a criação de um gabinete de acompanhamento dos órgãos externos. O que fizemos agora com a resolução que está lá plasmada é que os serviços técnicos, no fundo, a Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia e o Conselho de Administração, devem acompanhar com o maior acuidade a execução orçamental destes organismos externos, para estarmos cientes daquilo que se passa, se tudo que lá praticam é o normal, é o razoável, é o aceitável. De facto, é por constatarmos um conjunto de insuficiências, o não envio dos mapas de execução por todos os organismos externos e não só, que tomamos as devidas providências de metermos no nosso projecto de resolução esses sinais claros de que estamos aqui presentes, estamos a seguir. Esteve na moda dizer pela primeira vez, não vamos dizer pela primeira vez, mas nunca esteve nas resoluções de aprovação do orçamento da Assembleia esta preocupação de controlo dos organismos externos.
 - O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.
- O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): Sr. Presidente, a primeira questão é que as explicações não me convenceram. No entanto, vou passar por cima.

A segunda questão, queria dizer ao Sr. Presidente do Conselho de Administração (CA) que não falei das subcontas, falei do total do código 1, que tem um valor total, e com as subcontas, somando, não se atinge aquele valor total que está no código 1. Não especifiquei as subcontas do próprio código, só falei no valor global.

Outra questão é sobre os órgãos autónomos. Admira-me ouvir de um membro do CA o que o Sr. Deputado Danilo Santos disse.

A questão que levantei é, não tendo a execução orçamental destes órgãos: Conselho Superior de Imprensa e Gabinete Técnico Eleitoral, se a Assembleia avaliar o orçamento de despesa desses órgãos e ver que tipo de despesas fazem, onde é que se está a gastar o dinheiro que a Assembleia dá, porque é a Assembleia quem dá dinheiro a esses órgãos e tem o direito de saber o que estão agastar com o dinheiro que recebem. Como o Governo muitas vezes solicita à Assembleia aquilo que fez com o dinheiro que transferiu para nós, todos os serviços devem prestar contas. Nessa onda de prestação de contas é que gostaria que o Conselho de Administração pudesse vir cá e dizer-me quanto é que gasta o CSI. O que é que o CSI faz com a verba que recebe, qual é o destino, para sabermos se realmente vale a pena transferirmos o valor que está no orçamento ou não. Se estamos numa política de contenção, temos que pedir a esses órgãos também que façam contenção. Com certeza esses órgãos devem estar a dever a EMAE e a CST e, para além da verba que transferimos, vamos ter que suportar as dívidas. Por isso, é preciso ter cuidado. Chamo atenção para o facto de o Conselho de Administração gerir de forma transparente todos os orçamentos que tem disponível. Quando exigimos a transparência dos outros órgãos, temos que ser os primeiros a ser transparentes. Por isso, os Deputados têm que saber como é que a Casa gasta o dinheiro que recebe do Governo. Era bom que eu como Deputado, antes de aprovar o meu orçamento, soubesse o que fiz com as verbas que o Governo transferiu em 2019 para mim. Por isso que estou a pedir a maior transparência no esclarecimento das coisas. Não polemizar essa questão.

Já falei isso uma vez e volto a falar, não estou de acordo com a forma como se procede à elaboração das propostas de orçamento da Assembleia. Deve envolver-se muito mais os Deputados na pré-análise dessa proposta, de forma que ela suba à plenária com a anuência de todos os Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Vou passar a palavra ao Sr. Deputado Danilo Santos, membro do Conselho de Administração, para esclarecer algumas questões, mas penso que a Mesa se sente na obrigação de esclarecer o seguinte: tudo quanto é possível fazer na Casa Parlamentar depende tão-somente dos Deputados, não dos serviços. São os Deputados que aprovam as leis, as resoluções. Se entenderem que o Conselho de Administração e os Serviços não estão a prestar melhor serviço, alterem a lei e introduzam os

Deputados que devem participar na elaboração do orçamento, e assim já fica muito mais claro e transparente. Só estamos a cumprir o que os Deputados aprovaram e os Serviços estão a executar.

Peço ao Sr. Deputado Danilo Santos, enquanto membro do Conselho de Administração, para detalhar as despesas, primeiro dizer quanto é que se recebeu, dos 67 mil milhões que estavam inscritos no orçamento da Assembleia Nacional, quanto é que foram para as despesas e que despesas, para ficar bem claro e transparente.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Arlindo Ramos, eu disse aqui que com relação aos órgãos externos, por nos depararmos com alguma insuficiência no controlo ou na supervisão, incluímos na resolução uma medida cautelar para corrigir esta situação. Ainda assim não enviam devidamente os dados que deveriam enviar, os relatórios de execução e não só.

Dos 67 milhões de dobras das receitas correntes inscritas no Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2019, recebemos 43 milhões. Por isso que disse uma execução de 63%, em que a receita da Assembleia são 90 000 dobras e do Governo 43,135 000 dobras, um total de 43. 230 milhões de dobras.

O que fizemos com isso nesta augusta Assembleia? Repito que estes mapas que vou aqui mencionar estão disponibilizados para todos os Srs. Deputados, nos seus *e-mails*, exactamente o que vou destrinçar, e disse que basicamente as despesas da Assembleia circunscrevem-se aos encargos com o pessoal. Não temos tido receitas de capital para outras coisas.

Não sei se é preciso detalhar rubrica por rubrica, código por código, dos valores.

- Sr. Deputado Arlindo Ramos, não sei se fui esclarecedor.
- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.
- O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, vou intervir na sequência da intervenção do Sr. Deputado Aérton do Rosário.

Essa intervenção tem como preocupação considerar a eficiência na gestão dos fundos da Assembleia. A eficiência é que deve ser avaliada à medida, suportando os custos nas melhores condições possíveis. Quer dizer que se alcança o resultado com menores custos possíveis. Nós estamos numa época em que o tesouro público nos diz que a arrecadação de receitas é pequena, não é suficiente para sustentar os custos públicos globais. Ora, o meu problema é para saber, e aí é um pedido de esclarecimento que eu faço, se há um corpo de regras de procedimentos para que a Assembleia siga a gestão desses organismos autónomos.

Eu vejo aqui no artigo 5.º, se a memória não me falha, do projecto de lei de orçamento da Assembleia Nacional, que para que os Deputados recebam as suas senhas de presença têm de apresentar o respectivo relatório dos trabalhos que fizeram. Efectivamente, seria bom saber como é que se procede para se transferir o dinheiro para esses organismos autónomos. Quais são os condicionalismos que existem? Devem existir esses condicionalismos. Eu lembro-me, e pode ser que esteja errado, não sei, pode ser que tenha havido evoluções, quando nós estivemos a votar a criação dos novos departamentos e direções aqui da Assembleia, a informação que foi passada é que iam ser financiados não pelos fundos da Assembleia, mas agora são os fundos da Assembleia que têm suportado esses custos.

São essas questões que eu gostaria aqui de ser esclarecido, sobretudo, se há um corpo de regras de procedimento de gestão financeira para saber como é que a Assembleia procede para relacionar-se com esses organismos externos da Assembleia, de maneira financeira.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.
- O Sr. José António Miguel (ADI):— Sr. Presidente, temos aqui uma situação que tem que ver com o Parlamento Infanto-Juvenil. Sabemos que, para o próximo ano, teremos os trabalhos preparatórios para a realização do parlamento, vamos ter que eleger novos jovens Deputados. Este ano, tivemos dificuldades em encontrar apoios para a realização desses trabalhos, sobretudo no que concerne ao apoio às pessoas que de facto ajudam a preparar as crianças para esse parlamento. Normalmente, quando chegamos cá à Assembleia, dizem: «vocês discutiram o orçamento, mas não falaram disto». Mas a informação que tenho é que todos os anos discutimos o orçamento e aparece lá a rubrica «Parlamento Infanto-Juvenil», mas nunca se consegue, além do apoio que é dado pela UNICEF, meio financeiro ao nível da Assembleia para apoiar.

O que é que acontece? Nós tivemos este ano professores que nos apoiaram com as crianças, professores dos Distritos de Mé-Zóchi, Água Grande, Lobata e Cantagalo, e esses não demos nenhum apoio de deslocação, para acompanharem as crianças. Gostaria de saber como é que fazemos isso. Se está está inscrito e há uma rubrica para o Parlamento Infanto-Juvenil, como é que nós desbloqueamos essa situação? Houve esta situação ainda este ano, nós, a mesa da 3.ª Comissão Especializada Permanente, fizemos uma nota à Mesa da Assembleia, mas até agora não obtivemos respostas. Houve uma certa reclamação por parte de alguns professores, que não foram apoiados e não receberam qualquer apoio, pelo facto de terem ajudado as crianças. Nós, os Deputados da 3.ª Comissão Especializada Permanente, ficamos de resolver, cada um, os seus problemas, mas não olhamos para as pessoas que apoiam a preparação das crianças.

Foi um evento importante, bonito e toda gente ficou satisfeita, mas temos que prever que é preciso darmos alguma recompensa às pessoas que nos apoiam nesses trabalhos.

- O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.
- O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, sinto-me um bocado ultrapassado pela sua intervenção, relativamente sobre a colocação do Deputado Arlindo Ramos, no que concerne à equipa que se deve formar para participar na feitura do orçamento. Queria dizer que discordo. Discordo porquê? Porque os grupos parlamentares já estão representados no Conselho de Administração. Cabe a cada Deputado, representantes de cada grupo parlamentar, trazer as informações que são discutidas na reunião do Conselho de Administração e nas atividades que tomam parte na Assembleia Nacional.
- O Sr. Deputado fez uma referência aqui que eu também concordo. Somos Deputados, se quisermos que as coisas funcionem de outra maneira, temos que alterar a lei, se não estaremos a usurpar as funções de outros órgãos da Assembleia Nacional. Basta observar o artigo 17.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, que define claramente a competência do Conselho de Administração, e estamos lá a representar.
 - O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.
- O Sr. **José António Miguel** (ADI): Sr. Presidente, é verdade que há um aspecto de legislação, mas também de estratégia. Reparem, antes de o Governo elaborar o Orçamento, há um período de trabalho que é feito ao nível do Orçamento Geral do Estado. As instituições participam na elaboração, preparam e depois as Financas compilam. É mais ou menos assim.

Ao nível da Assembleia, para além da representação no Conselho de Administração dos grupos parlamentares, é normal que num período prévio se peça aos grupos parlamentares que apresentem algumas propostas. Há um período, em que se peça aos grupos parlamentares para apresentarem algumas propostas, que podem aparecer como melhoria para que os grupos parlamentares possam fazer essa apresentação? Se está previsto, doravante é o que temos que começar a fazer exactamente. Não é uma questão de atribuir responsabilidade ou não. É apenas uma questão de nós começarmos a fazer o nosso trabalho. É uma questão de responsabilização.

- O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.
- O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, se calhar, é preciso detalhar ainda mais. Pelos factos que já elenquei, a administração da Assembleia, ao aperceber-se das insuficiências da gestão dos organismos autónomos em fornecimento dos dados ou informações à Assembleia, orientou os serviços, têm um manual de procedimento quase concluído, porque precisamos de nos socorrer de instrumentos que organizem ou que balizem a atuação nossa. Daí que está quase pronto o manual de procedimento, a partir dos serviços, que vai exactamente dizer o que é que os serviços fazem, o que é que os serviços pedem, o que é que os organismos externos devem fornecer, para ficar tudo isto.

Tenham a certeza de que no Orçamento de 2021, quando estivermos aqui a falar de execução de 2020, vão ouvir e terão disponíveis as informações desses organismos, em que tomamos essas providências agora.

No que concerne ao orçamento para o Parlamento Infanto-Juvenil, está no orçamento, mas infelizmente está no orçamento de capital. Não foi transferido valor algum para o orçamento de capital. Logo, temos alguma dificuldade em poder executar. Enfim, precisamos de melhorar todos juntos.

- O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.
- O Sr. Arlindo Ramos (ADI):— Sr. Presidente, obrigado pela sua atenção.

Gostaria de perguntar, já que pedi e estive a procurar no computador e não vi, qual é a execução das verbas transferidas para Conselho Superior de Imprensa e o Gabinete Técnico Eleitoral, durante 2019, porque fiz uma proposta de redução dessa verba para 2020, mas para que haja essa redução, queria saber qual é a execução desses órgãos, para avaliarmos os valores que estamos a propor serem transferidos para o próximo.

O Sr. **Presidente**: — Penso que o Sr. Deputado Arlindo Ramos ainda não está esclarecido. Portanto, se calhar, o Presidente de Conselho de Administração, se tiver como, deve detalhar a execução de todos órgãos autónomos, não fixar apenas no Gabinete Técnico Eleitoral e no Conselho Superior de Imprensa, também no GRIP e na Agência Nacional de Proteção de Dados. Portanto, assim de forma global. É um assunto transversal e não vale a pena estarmos a exigir de um lado, quando não exigimos do outro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD).— Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de dizer que estes mapas estão nos nossos *e-mails*. Tudo isto está detalhado. Agora, vamos concordando com uma coisa: de facto,

estão com caracteres muito pequenos. Sim, vamos concordar nisto. Estão disponibilizados para todos, mas estão com letras pequeniníssimas, que dificultam a visão. *Ami plópi sá kú dêfêto!*

Bom, o Conselho Superior de Imprensa recebeu 700.000,00 (setecentas mil dobras), no ano 2019, o Gabinete Técnico Eleitoral, não é projeção, é execução, recebeu 155.155.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, cento e cinquenta cinco mil dobras), o Gabinete de Registo e Informação Pública (GRIP) recebeu 1.900.000,00 (um milhão e novecentas mil dobras) e a Agência de Proteção de Dados Pessoais, com um orçamento de 5.000.000,00 (cinco milhões de dobras), que está na despesa de capital. E porque até Março estavam com situação complicada, esta augusta Assembleia tomou providências para minimizar a situação da Agência de Proteção de Dados e, de Abril em diante, têm transferido 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dobras) mensal, mas eles estão com muitas dívidas.

Murmúrios gerais.

Srs. Deputados, escutem!

De janeiro a Março estão com muitas dívidas, porque o Estado até hoje não transferiu um tostão das receitas de capital. O orçamento da Agência Nacional de Protecção de dados é de 5.000.000,00 (cinco milhões de dobras), eles estiveram a viver momentos difíceis. A administração, embora o valor deles estivesse no orçamento de capital, tem, com aquilo que recebemos para o corrente, transferido mensalmente Dbs. 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil dobras). Gostaria de concluir neste capítulo, dizendo que eles estão com avultadas dívidas e basicamente andaram a pagar salários. Eles têm dívidas com o edifício, o espaço que ocupam, e têm outras pequenas dívidas por regularizar. Por isso é que nos encontros que tivemos com o Governo, nomeadamente na pessoa do Ministro das Finanças e, no mais recente, ontem, pedimos que o Governo veja a possibilidade de nos dar uma atenção...

Murmúrios gerais.

- Srs. Deputados, o senhorio de onde está instalada esta Agência já veio à Assembleia, já reuniu com o Sr. Secretário-Geral e os serviços, porque está a reclamar o pagamento. Como não recebemos todas as receitas de capital, não recebemos sequer um tostão, temos essa dificuldade, mas fizemos essa atenção, dentro do pouco corrente que temos estado a receber.
 - O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.
- O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Colegas Deputados: A minha intervenção tem a ver com o orçamento do Parlamento Infanto-Juvenil. Este ano, criamos para o Parlamento as comissões especializadas e tivemos muitas dificuldades em fazer deslocar as crianças, para que estas comissões funcionem. Registamos mais uma vez que se colocou o pagamento para este Parlamento nas despesas de capital, e o meu apelo é que possamos deslocá-la para as despesas correntes, para que possamos realizar algumas tarefas e ajudar o Parlamento Infanto-Juvenil a ser mais dinâmico.
 - O Sr. **Presidente**: Esgotamos as inscrições? Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Rosário.
- O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, apenas para tirar uma dúvida junto do Conselho de Administração. Para saber o porquê de a dotação orçamental para a actividade do Parlamento Infanto-Juvenil encontrar-se na rubrica das despesas de capital. Gostaria de obter essa explicação.
- O Sr. **Presidente**: Sr. Presidente do Conselho de Administração, há duas questões que foram levantadas, uma é proposta e outra é preocupação.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, realmente confirma-se que o Parlamento Infanto-Juvenil está alocado nas despesas de capital. Qual é o objectivo? Sabemos que despesas correntes têm um limite, ou seja, um tecto máximo. Se não tivéssemos posto no capital, nem no corrente, como é que seria? Então, como alternativa, porque temos a segurança de que a despesa de capital é algo que vai entrar, colocamos esse Parlamento na despesa de capital.

Portanto, acho que é um caso em que não se pode alarmar. Fiquem tranquilos, que está na moda e os nossos jovens ainda vão aparecer aqui para nos representar. Fiquem tranquilos, apenas isso!

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, fiquei com uma dúvida, mas a questão fundamental é saber qual é a fonte. Estar nas despesas de capital ou nas correntes, o problema nem está aí, mas sim a fonte...

Vozes: — Tesouro.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Ah, se for o Tesouro, é seguro!

Risos gerais.

Portanto, sugerir que, independentemente da fonte, nós, os parlamentares, não fiquemos somente a depender dos nossos parceiros. É preciso também que mantenhamos a nossa posição. É com bom grado que tomamos conhecimento de que o Parlamento Infanto-Juvenil tem uma sala, é um grande passo, e não podemos recuar.

Daí sugeria, se não houver mesmo forma, irmos buscar, pelo menos, 20% do valor que está estipulado para as despesas de deslocação e alocamos na despesa com o Parlamento Infanto-Juvenil.

- Srs. Deputados, temos que garantir o futuro do nosso país. Fazendo isto, é zelar pelas nossas crianças. Esta é a minha proposta.
- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.
- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): Sr. Presidente, caro Deputado, como tinha dito na despesa de capital, o Tesouro público, o Estado, vai alocar Dbs. 10 826 262,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras). Portanto, embora seja despesa de capital, virá do Tesouro público.
 - O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.
- O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): Sr. Presidente, na onda daquilo que disse o Deputado Aérton, acho não há necessidade de pormos as despesas com o Parlamento Infanto-Juvenil nas despesas de capital, mas tenho uma proposta concreta. Ouvi o Deputado Danilo fazer referência às verbas transferidas para os órgãos autónomos, portanto, parece-me que o Conselho Superior de Imprensa levou Dbs. 700 000,00 (setecentas mil dobras) e o Gabinete Técnico Eleitoral chegou a Dbs. 1 100 000,00 (um milhão e cem mil dobras). Por que não transferir a mesma verba para 2020 e parte dela ser alocada ao Parlamento Infanto-Juvenil, nas despesas correntes? Esta é uma proposta que faço.

A segunda proposta, retirar 20% da verba proposta para o Conselho Superior de Imprensa e 20% da verba proposta para o Gabinete Técnico Eleitoral, que já dá para cobrir a verba do Parlamento Infanto-Juvenil.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.
- O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): Sr. Presidente, é muito rápido. É para chamar atenção, porque dá impressão de que na proposta apresentada pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos não tomou em consideração o facto de a execução que temos ser de Janeiro a Outubro. Portanto, não podemos ainda avançar com uma proposta, como aquela que fez, tendo em conta que ainda não temos a execução doutros os meses, para fecharmos o ano, para termos uma noção geral. É um aspecto.

O segundo aspecto, aquando da apresentação do orçamento no Grupo Parlamentar, pelo menos no meu, perguntamos e o Conselho de Administração explicou-nos que esses órgãos autónomos não têm recebido aquilo que está orçamentado. Recebem em função daquilo que o próprio Tesouro disponibiliza. O Tesouro, ao disponibilizar, digamos, 60% daquilo que a Assembleia precisa, ao se transferir, também vai-se transferir 60% daqueles que os órgãos precisam. Ou seja, há sempre esse fosso em termos de valor. Portanto, creio que, em termos de estratégia, talvez não seria a melhor via. No entanto, deixem-me dizer que se nos ativermos ao orçamento da Assembleia Nacional do ano anterior, creio eu, por exemplo, a Agência de Protecção de Dados estava na despesa de capital, e nem por isso deixou de funcionar. Depois é uma questão de se fazer a devida gestão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, membro do Conselho de Administração.

Quero aqui anunciar que depois das intervenções vamos submeter à votação, para concluirmos esse processo.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de alertar que as verbas inscritas nestas rubricas estão muito *rapadas*.

Quanto à redução delas, somos soberanos, mas temos que assumir as consequências, para amanhã não podermos reclamar da situação a, b ou c. Estou a alertar que as verbas estão muito *rapada*s e se voltarmos a cortá-las, no exemplo que deu, nas duas rubricas, então complica ainda muito mais.

É só esse alerta!

O Sr. **Presidente**: — Há mais algum inscrito? Não temos mais inscritos, vamos submeter à votação, na generalidade, o projeto de resolução n.º 58/XI/3.ª/2019 — Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2020.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor, sendo 22 do MLSTP/PSD e 4 do PCD/MDFM-UDD, e 23 abstenções, sendo 21 do ADI e 2 do MCI.

Passemos de imediato à apreciação, na especialidade, que versa sobre emendas, substituições... Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

- O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, é sobre a harmonização dos números. Nós temos aqui na lei...
- O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, peço desculpa, estamos a apreciar o projeto de resolução, porque o número tem de coincidir com aquilo que foi aprovado na resolução.

Estamos a apreciar o artigo 1.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer a leitura.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura do artigo 1.º: «Aprovação do orçamento.

É aprovado o orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2020, conforme os mapas números 1, 2, 3, 4 e os mapas de pessoal, em anexo, que fazem parte integrante da presente resolução.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, alguma proposta de alteração, correção, emenda ou substituição? Está no *Diário* n.º 4, II Série, de 2 de Dezembro de 2019.

Não havendo, passemos à aprovação do artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor e 23 abstenções.

Estamos a apreciar o artigo 2.º. Receitas.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer a leitura.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura do artigo 2.º: «Receitas.

As receitas são estimadas em STD.130.876.456,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis dobras), sendo STD 75.050.559,00 (setenta e cinco milhões, cinquenta mil, quinhentas e cinquenta e nove dobras), para receitas correntes, e STD.55.826.262,00 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras), respeitante a receitas de capital.»

- O Sr. **Presidente**: Feita a apresentação do artigo 2.º, alguma proposta de alteração? Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.
- A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI):— Sr. Presidente, Sr. Secretário, na leitura, não entendi muito bem o número.
 - O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário.
- O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): «...STD 130.876.556,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis dobras)». Isso é o global. Aqui está cinquenta e seis, a resolução alterada, atualizada, por isso é que se tem que corrigir.
- O Sr. **Presidente**: Senhores membros do Conselho de Administração, é 56 ou 59? Porque na extensão está 56.
 - O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): Foi um lapso, é na extensão. Isto é passível.
 - O Sr. Presidente: Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário, em termos de despesas correntes, qual é o valor que está na resolução?

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — As despesas correntes são de STD 75.050.559,00 (setenta e cinco milhões, cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e nove dobras).»

- O Sr. Arlindo Ramos (ADI): Não é esse...
- O Sr. **Presidente**: Também temos que fazer a correção. É STD 295,00 ou (duzentos e noventa e cinco) ou STD 559,00 (quinhentos e cinquenta e nove dobras)?

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): STD 75 050 295,00 (setenta e cinco milhões, cinquenta mil, duzentos e noventa e cinco dobras).
- O Sr. **Presidente**: Temos outra correção, são STD 75 050 295,00 (setenta e cinco milhões, cinquenta mil, duzentas e noventa e cinco dobras.)

Mais intervenções?

Não havendo, vamos submeter o artigo 2.º à votação, com as alterações corrigidas.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor e 23 abstenções.

Artigo 3.º, despesas.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, vou fazer um esforço para fazer já as correções: «As despesas são fixadas em STD 130.876.559,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove dobras), sendo STD 75.050.295,00 (setenta e cinco milhões, cinquenta mil, duzentos e noventa e cinco dobras), para receitas correntes, e STD 55.826.262,00 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e duas dobras), correspondentes às despesas de capital.

Não sei se fui correto.

O Sr. Presidente:— Feita a apresentação, já com as correções, por extensão do valor.

Não há nenhuma intervenção?

Sr. Deputado António Barros, estamos no período de votação e tem que estar sentado no seu respetivo lugar.

Estamos a apreciar o artigo 3.º e, não havendo qualquer intervenção, vamos submetê-lo à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor e 23 abstenções.

Artigo 4.º, despesas.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

- O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): Sr. Presidente, passo a ler o artigo 4.º: «O duodécimo mensal da Assembleia Nacional a ser transferido pela Direção do Tesouro Público é de STD 6. 228. 440,00 (seis milhões, duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta dobras).»
- O Sr. **Presidente**:— Feita a apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, Membro do Conselho de Administração.
- O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, primeiro a correção da epígrafe duodécimo. A proposta do texto: «O duodécimo da Assembleia Nacional é de STD 6. 254. 191,25 (seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e uma dobras e vinte e cinco cêntimos), devendo o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, através da Direção do Tesouro, transferir de conformidade.»
 - O Sr. Presidente:— Uma proposta de alteração. Alguma reacção?

Não sendo o caso, vamos submeter à votação o artigo 4.º, com as alterações introduzidas.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor e 23 abstenções.

Artigo 5.º, despesas.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, no artigo 5.º, temos como epígrafe, senhas de presença.

«Ponto um, além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes e da Rede das Mulheres Parlamentares têm direito a senhas de presença por cada reunião, no valor de STD

800,00 (oitocentas dobras), não devendo ultrapassar 2 (duas) Comissões Especializadas Permanentes por cada Deputado.

Ponto dois, por cada reunião extraordinária do Conselho de Administração, os seus membros têm direito a senhas de presença, de igual valor aplicado nas Comissões Permanentes da Assembleia Nacional.

Ponto três, o número máximo de reuniões pagas mensalmente é de seis por Comissão, excecionalmente, em função do assunto, o limite é de oito reuniões.

Ponto quarto, as senhas de presença são pagas mediante a apresentação do relatório de presenças dos Deputados, devidamente assinado.

Ponto quinto, para o efeito do n.º 4, o Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões remete ao Departamento de Gestão Financeira, até ao dia 14 de cada mês, o relatório acima referido.»

O Sr. **Presidente**:— Feita apresentação do artigo 5.º, reações, propostas de emenda, alteração, substituição?

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, gostaria de solicitar sobre essa senha de presença, porque estive a acompanhar atentamente o orçamento apresentado pela Assembleia Nacional e não vi o subsídio de deslocação para os Deputados que vivem fora do Distrito de Água Grande. Não vendo, gostaria de saber como é criado esse critério, porque até agora só temos transporte, quando há sessão plenária e seminários. Mas para quem faz parte das Comissões Especializadas da Assembleia Nacional, ainda continua a custear com os seus esforços e, para a Rede de Mulheres Parlamentares, há deslocações, mas o transporte não me vai pegar.

Então, gostaria de saber, nessa senha de presença, se é igual para todos os Deputados, com assento parlamentar, ou se também incluiu subsídio de transporte e a alimentação, que está plasmado no ponto três, artigo 16.º, do Estatuto dos Deputados, onde posso passar a ler: «Os Deputados que residam nos distritos mais distantes da capital terão direito, durante as reuniões da Assembleia Nacional, a um subsídio diário para alimentação e/ou alojamento, quando necessário».

Por isso é que gostaria de obter informação, para saber como é que fica a deslocação dos Deputados, porque há 5 anos que me encontro nesta situação.

- O Sr. **Presidente**: Fez uma intervenção, manifestando a sua preocupação. Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para responder.
- O Sr. **Mário Rainho** (ADI): Sr. Presidente, é uma situação que debatemos no decorrer da discussão do orçamento, realmente a Sra. Deputada tem razão. É uma situação que já vem de longa data, mas está inserida no nosso orçamento a resolução deste problema.

Não estou a ver a rubrica agora, mas seguramente que foi tido em conta.

- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, membro do Conselho de Administração, para complementar.
- O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, é para dizer que este assunto tem sido badalado, de algum tempo a esta parte, tivemos em atenção e contemplamos nas deslocações internas...

Murmúrios do ADI.

Mais uma vez vou repetir, somos soberanos e faremos o que decidimos. Aprovamos o que convencionamos, de acordo com as disponibilidades que tivermos. Se ultrapassarmos, a responsabilidade também será nossa.

Estivemos na reunião com o Governo, estiveram aqui grande parte dos Deputados e viram o que disse o Ministro sobre a disponibilidade, sobre a arrecadação das receitas, mas tivemos particularmente na mente o assunto da Sra. Deputada, porque os Deputados todos começaram a questionar se quem vive em Mé-Zóchi também tem direito.

- O Sr. Alexandre Guadalupe (ADI): É o que está na lei!
- O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): Sim, mas por que não aplicamos há mais tempo? Temos que ver as disponibilidades.

Murmúrios do ADI.

Não aplicamos há mais tempo e agora não podemos pressionar para tudo.

Particularmente, a Deputada Beatriz, sim, está na Rede das Mulheres Parlamentares e para lhe tranquilizar que está garantida senhas para a Rede e a deslocação. Agora, mais do que isso está difícil.

- A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento.
- O Sr. Presidente: Não está satisfeita?
- A Sra. Beatriz Azevedo (MCI): Não, Sr. Presidente.
- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra, se faz favor.
- A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): Sr. Vice-Presidente do Conselho de Administração, sei como é que funciona...

Risos do ADI.

O Sr. Domingos Boa Morte (ADI): — Ele é vogal.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Ah vogal? Então, senhor membro do Conselho de Administração, sei como funciona este país e como funcionou a Assembleia Nacional há 4 anos. Já fizemos 1 ano de mandato e vejo que a situação melhorou, porque na altura não tínhamos, mesmo para as actividades da Assembleia Nacional, o transporte não nos ia pegar e hoje esse direito está sendo salvaguardado.

Mas para as reuniões das Comissões Especializadas Permanentes e para a Rede de Mulheres Parlamentares, o que está escrito é que vai ser pago a senha de presença. Sendo senha de presença, caras e caros Deputados, é igual para todos os Deputados. Mesmo aquele que é vizinho aqui do Palácio dos Congressos recebe esse valor, que é universal para todos os Deputados. Os Deputados que vêm de Lembá e Cantagalo deslocam-se, às vezes costumo dizer que os Deputados do Príncipe têm sido mais bem tratados que os outros Deputados da ilha de São Tomé.

Quando levanto preocupações aqui na Assembleia Nacional, não é o meu problema pessoal, mas sim o problema de todos os Deputados que se encontram na mesma situação. Se a lei existe, porquê não tomar em considerar, porquê não fazer cumpri-las? Tem que fazer cumprir as leis! Não tenho culpa de nascer em Caué, cada Deputado aqui não tem culpa de nascer noutros lugares. Se o direito é aquele que está plasmado na Constituição e no Estatuto dos Deputados, porquê não?

Por isso, não me venha dizer que o lugar ou seja lá o que for da Deputada Beatriz está salvaguardado, não vi aqui escrito! O que está salvaguardado para a Rede de Mulheres Parlamentares é aquele valor mesmo que está estipulado para todas as mulheres.

Em termos de subsídio de deslocação, de alimentação e de transporte, para os serviços da Assembleia Nacional, relativamente à reunião da Rede das Mulheres Parlamentares, não me vão buscar. Tenho que arranjar formas de chegar à Assembleia.

O Deputado Jamiel, que também reside no Distrito de Caué, na cidade de Angolares, vem às reuniões da Comissão três ou quatro vezes por semana. Será que ele tem recebido um cheque pendente para cobrir as despesas?

Vozes: — Cheque pendente?

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada Beatriz, as suas preocupações foram anotadas, o Presidente do Conselho de Administração já a tranquilizou, secundado pelo membro do Conselho, Danilo Santos.

Estamos a apreciar o artigo 5.º, há mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, no que respeita à última intervenção da Deputada Beatriz, é para a tranquilizar. Ao nível dos serviços financeiros, não há nenhum cheque que tenha sido passado ou que já se passou para deslocações do Sr. Deputado Jamiel, que tem vindo para as reuniões da sua Comissão, oriundo de Caué.

Quanto ao seu subsídio, vamos trabalhar nesse sentido, para evitar que isso volte a acontecer. Realmente, está a ser muito prejudicada e, então, fique tranquila que se vai resolver.

Sr. Presidente, tenho uma proposta de alteração ao artigo que está em discussão agora.

Temos o artigo 6.º, que tem a ver também com a questão das senhas. A minha proposta é que este artigo 6.º fosse para o artigo 5.º e acrescentaríamos um ponto seis.

- O Sr. **Presidente**: Portanto, a proposta é concerne à supressão do artigo 6.º e a redacção deste artigo passar a ser o ponto seis do artigo 5.º. Neste caso, tem-se que mudar um pouco a redacção. «As senhas previstas no artigo (...)», já não poderá ser esta redacção. Deverá ser: «As senhas previstas no presente artigo são pagas até a publicação da nova grelha salarial da Função Pública.» É isto?
 - O Sr. Mário Rainho (ADI): Correcto, Sr. Presidente!
 - O Sr. **Presidente**: Há alguma reacção?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, só queria pedir um esclarecimento com relação ao ponto 3 do artigo 5.º. «O número máximo de reuniões pagas mensal é de seis por Comissão (...)».

O Sr. Presidente: — Acho que são reuniões.

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Não sei.

O Sr. Presidente: — São seis reuniões, deve ser um lapso. «...seis reuniões».

Murmúrios gerais.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é uma coisa simples. Acho que tem mais a ver com uma gralha do que outra coisa qualquer, porque no artigo 6.º, onde se diz «até a publicação», quer-se dizer «a partir da publicação».

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Não, é «até».

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Desculpe, não percebi.

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Porque depois da publicação, acabou!

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Ah, depois da publicação, acabou?

Vozes do ADI: — Sim, sim.

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Então, gostaria que me explicassem, se faz favor.

Risos do ADI.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Srs. Deputados, realizamos um encontro, com a presença do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, e pedimos a participação de todos os Grupos Parlamentares. Quais foram as conclusões? Uma das conclusões é que o Governo vai enviar, em princípio, ainda esta semana, a nova grelha salarial da República Democrática de São Tomé e Príncipe, que vai combater as injustiças salariais, e vamos aprová-la. Com essa grelha salarial, são feitas diversas equiparações das diversas funções deste país. É fixado o tecto do salário do Presidente da República, x%, isto é de lei, a gente não inventa nada, x% para o segundo órgão de soberania, o Presidente da Assembleia Nacional, os juízes e sucessivamente.

Murmúrios.

Por isso é que está salvaguardado.

Quando for publicada a nova grelha salarial da República, vai ser refeito todo esse processo. É esta a razão.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado Danilo Santos, membro do Conselho de Administração.

Mais intervenções? Está esclarecido? Podemos submeter à votação, com as correcções e emendas introduzidas?

Srs. Deputados, vamos votar o artigo 5.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor, sendo 22 do MLSTP/PSD e 4 do PCD/MDFM-UDD, e 23 abstenções, sendo 21 do ADI e 2 do MCI.

Artigo 6.°, anterior 7.°.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, procedo à leitura do artigo 6.º, que é o anterior 7.º, e tem como epígrafe «faltas».

«Artigo 6.°.

Ponto um, as faltas podem ser justificadas ou injustificadas com base nas disposições do Regimento da Assembleia Nacional e do Estatuto dos Deputados.»

Ponto dois, cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente a senha de presença.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a presentação, alguma reacção ao artigo 6.º, anterior 7.º, faltas? Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, como forma de disciplinar um bocado a pontualidade dos Deputados, as faltas deveriam contar depois dos 30 minutos de atraso. Os Deputados em serviço das Comissões Especializadas Permanentes, a partir dos 30 minutos a 1 hora de relógio, já não deveriam assinar a presença.

Sou Deputada há 5 anos, várias vezes vinha para as reuniões das Comissões Especializadas Permanentes, que não se realizavam, porque não havia quórum. Não havendo quórum, as pessoas não têm esse direito de senha de presença, não recebem subsídio de transporte, não recebem nada, é um dia perdido.

De forma a disciplinar a Casa Parlamentar, somos nós que fazemos as leis e, se fazemos as leis, devemos exigir que elas sejam cumpridas. É inadmissível que se marque uma reunião para X horas, passa 1, 2 horas e tal, os Deputados não chegam a tempo. Quando chegam, assinam logo a lista de presença e saem, porque têm filho no jardim para ir buscar.

Temos que começar a disciplinar a Casa Parlamentar, somos nós que lidamos com as leis. As faltas têm que começar a ser contadas, com uma tolerância de 30 minutos. Gostaria que todos os Deputados votassem nesta proposta, apenas 30 minutos de atraso, mais do que isso será considerado falta.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada tem toda a razão. É uma forma de disciplinar realmente e haver um pouco de rigor. Na realidade, se têm senhas de presença, pessoas que vêm participar numa reunião apenas 15 minutos recebem igual aos que estiveram na reunião do princípio ao fim.

Acho que cada comissão deve ter um regulamento para disciplinar os seus serviços.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, falo sem nenhum interesse específico. Não faço parte de nenhuma Comissão Especializada Permanente, mas o artigo 7.º tem utilidade até quando? Depois da entrada da nova grelha salarial, o artigo 7.º deixará de ter utilidade, porque se bem entendi este artigo, depois da entrada em vigor da nova grelha salarial, digo bem, entendi porque já votamos, deixa de existir senhas de presença. Parece-me que é isso. Deixando de existir senha de presença, gostaria de saber até onde vai a utilidade do artigo 7.º. Se é apenas enquanto não entrar em funcionamento a nova grelha salarial.

Falo isso para chamar atenção dos Deputados que estão nas Comissões Especializadas Permanentes, para gerirem os seus interesses, porque o artigo 6.º já está votado.

O Sr. **Presidente**: — Aqui há duas questões. Não sei se o Sr. Presidente do Conselho de Administração quererá explicar. O artigo 7.º faz menção a remuneração mensal e senha de presença, temos que ver as coisas dos dois lados. A remuneração mensal não vai alterar, a grelha salarial vem e a remuneração vai manter, a senha de presença, sim, é que faz referência ao artigo anterior. Com entrada em vigor da nova grelha salarial, as faltas correspondentes a senha de presença caem, mas para a remuneração continuam, porque as pessoas vão continuar a ter uma remuneração, independentemente da nova grelha salarial ou não.

Podemos tentar clarificar melhor, mas é essa a interpretação.

Murmúrios.

Sr. Presidente do Conselho de Administração, quer esclarecer melhor? Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, este artigo aparece na sequência do encontro com Sua Excelência o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, foi a negociação que fizemos. Realmente, estamos perante um risco, acabei de perceber isso agora. Por que é que digo isso?

Remetemos, por exemplo, pelo valor que o Sr. Ministro nos garantiu, mais ou menos, uma média que nos vai dar como salário, ele diz que não vai poder dar esse salário, então há risco...

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Estão a filmar você.

Risos.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Há um risco realmente de passar-se a receber menos, porque a senha de presença vai ser eliminada. Supostamente o salário vem compensar a senha de presença, por isso é que a senha vai ser inibida. Entendi mais ou menos isso, mas o Sr. Presidente esteve na reunião, talvez possa nos ajudar a esclarecer melhor.

O Sr. **Presidente**: — Não devemos precipitar as coisas, até porque a nova proposta da grelha salarial virá para nós, quem vai aprovar é a Assembleia, e teremos a ocasião de analisá-la profundamente. Estamos a precipitar tudo. Deixem que venha e vamos analisar, fazendo equilíbrio naquilo que temos e aquilo que vai ser a nova grelha salarial.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

- O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): Sr. Presidente, de acordo com aquilo que disse o Sr. Deputado Amaro Couto, já está votado, não reflectimos bem aquilo que escrevemos aqui. Além de perdermos a senha, isso poderá prejudicar o próprio funcionamento da Assembleia, porque todos os Deputados ficam a um nível de numeração igual e todos os Deputados não são membros das comissões. Isso pode pôr em causa o funcionamento da própria Assembleia, porque não reflectimos bem sobre isso. Por isso, seria bom pensarmos melhor em relação a este artigo.
- O Sr. **Presidente**: Não podemos entrar em discussão profunda deste tema. É preferível que, quando chegar o momento próprio, tratemos deste assunto, porque há muito também que se diga sobre a composição das comissões. Pelo mosaico parlamentar que temos hoje, havendo um equilíbrio, na minha opinião, os diferentes grupos parlamentares teriam todos os membros nas comissões, se não têm, depende da gestão interna de cada partido. Há membros da Mesa que não fazem parte da comissão, retira-se dos 55, há líderes parlamentares que até podem prescindir-se, é possível, tudo depende da gestão interna de cada grupo parlamentar.

Estamos a apreciar o artigo 6.º, anterior 7.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quando estivermos a apreciar a nova grelha salarial, todas as precauções terão que ser tomadas, porque poderemos ter a necessidade, nessa altura, de produzir uma outra resolução para o funcionamento da própria Assembleia. Nessa altura, teremos que apreciar o assunto.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado Danilo Santos.

Prestou-se esclarecimentos, vamos submeter à votação o artigo 6.º, anterior 7.º, epígrafe, faltas.

Submetido à votação, foi aprovado, com 27 votos a favor e 22 abstenções.

Artigo 7.°, anterior 8.°.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, temos como epígrafe, execução.

«ponto um, a execução do Orçamento da Assembleia Nacional é feita nos termos da Lei n.º 4/2007.

Ponto dois, os organismos autónomos tutelados pela Assembleia Nacional devem remeter a esta os mapas de execução trimestral, assim como os respectivos quadros do pessoal.

Ponto três, os Serviços de Administração e Finanças da Assembleia Nacional acompanham e avaliam *in loco* os serviços dos órgãos autónomos da sua tutela.»

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário.

Alguma reacção ao artigo 7.º?

Não sendo o caso, vamos submete-lo à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor e 23 abstenções.

Artigo 8.°, anterior 9.°, entrada em vigor.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — «A presente resolução entra imediatamente em vigor e produz efeito a partir de 1 de Janeiro de 2020. Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 3 de Dezembro de 2019.»

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, proposta de alteração: «A presente resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2020, devendo proceder até a entrada em vigor da nova lei da grelha salarial nacional.

Murmúrios.

Entrada em vigor.

Uma voz: - Sim!

O Sr. **Presidente**: – Podemos ver isso na redacção final, onde se refere às senhas, tentar introduzir esta última parte. Aqui tem que ser mesmo tal como está.

Mais alguma intervenção?

Vou submeter à votação o artigo 8.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor e 23 abstenções.

Passemos à votação final global do o projecto do orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2020.

Submetido à votação, foi aprovado, com 26 votos a favor, sendo 22 do MLSTP/PSD e 4 do PCD/MDFM-UDD, e 23 abstenções, sendo 21 do ADI e 2 do MCI.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 37 minutos.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

De acordo com a conferência feita na presença dos Srs. Deputados, estão na Sala 40 Deputados, há quórum, declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 50 minutos.

Vamos analisar o 2.º ponto da ordem do dia, pelo que peço ao Sr. Secretário para proceder à leitura.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, trata-se do projecto de resolução que designa um representante da Assembleia Nacional, para integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (CONSAN). Esse organismo foi aprovado através do Decreto n.º 6/2016, é um órgão de natureza consultiva que funciona sob a tutela do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo. Todavia, o Estatuto prevê a eleição de um vogal, para além dos membros das Comissões que compõem toda a estrutura, já com indicação, que será o ponto a seguir. Mas relativamente ao representante da Assembleia, que será o vogal, tem de ser eleito pela Assembleia Nacional.

Nos termos dos artigos 253.º e 254.º do Regimento da Assembleia Nacional, foi apresentada uma candidatura que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Cristina Dias, subscrita pelos Deputados Maiquel do Espírito Santo, Aysa Fortes da Silva, Jaime de Menezes e Adelino José da Costa.

Sr. Presidente, o Regimento manda que cargos ou órgãos extra Assembleia deve ter iniciativa dos Deputados e com a declaração de aceitação ou não da pessoa que se candidata.

Como eu já disse, é um órgão de natureza consultiva tutelado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro. É esta a única candidatura que deu entrada na Mesa da Assembleia Nacional.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Secretário.

Apenas para complementar que se trata de uma candidatura, porque para este Conselho a representação na Assembleia faz-se pelo membro que é da 2.ª Comissão Especializada da AP-CPLP. Portanto, foi assim no passado, era o Sr. Deputado Xavier Mendes, e agora, como só temos um representante nesta Comissão da AP-CPLP, não faz sentido apresentar mais candidaturas, tendo em conta as condições que foram apresentadas para a apresentação da candidatura. Com efeito, na sequência daquilo que dizia o Sr. Secretário, vamos distribuir os boletins, porque tem que ser eleita.

Peço aos Serviços, porque tem que ser mesmo por boletim, para amanhã ou depois não dizerem que a gente não cumpriu o Regimento.

Vamos cumprir o Regimento, passemos à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 30 votos a favor, 8 votos contra e 10 abstenções.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Vamos passar à apresentação do projecto de resolução. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo a ler o projecto de resolução n.º 59/XI/3.ª/2019, designação do Deputado à Assembleia Nacional, para integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (CONSANSTP).

«Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à nomeação de um Deputado à Assembleia Nacional, nesta XI Legislatura, para integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe, no âmbito de todos os acordos, subscritos pelo país, relativos à realização progressiva do direito humano a alimentação adequada e da estratégia da segurança alimentar e nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte: Artigo 1.º. Orientação ao Governo.

A Assembleia Nacional insta o Governo a proceder à necessária alteração no Decreto n.º 6/2016, publicado no *Diário da República* n.º 122, de 7 de Setembro, de modo a incluir a representação da Assembleia neste Conselho, de conformidade com o artigo 5.º do referido decreto.

Artigo 2.º. Designação.

É designada a Sra. Deputada Cristina Dias, como representante da Assembleia Nacional na XI Legislatura, junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (CONSANSTP).

Artigo 3.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 3 de Dezembro de 2019.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Feita a apresentação do projecto de resolução, estamos a apreciar na generalidade, estão abertas as inscrições.

Não havendo qualquer manifestação de interesse, vamos submeter o projecto de resolução à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 2 votos contra e 19 abstenções.

Passemos à especialidade, preâmbulo. Alguma proposta de alteração? Não sendo o caso, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 2 votos contra e 19 abstenções.

Artigo 1.º. Propostas de emenda, alteração e aditamento? Tem a palavra o Sr. Secretário.

- O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): Sr. Presidente, orientação ao Governo é a epígrafe. «A Assembleia Nacional insta o Governo a proceder a necessária alteração no Decreto n.º 6/2016, publicado no *Diário da República* n.º 122 de 7 de Setembro, de modo a incluir a representação da Assembleia neste conselho, de conformidade com o artigo 5.º do referido decreto.»
- O Sr. **Presidente**: Alguma reacção? Orienta-se o Governo, porque no passado a Assembleia, pese embora ter eleito Deputados para fazer parte do CONSAN e enviado nomes para o Governo, este fez o decreto que cria o Conselho, e não incluiu a representação da Assembleia, por isso estamos a instar o Governo a proceder à alteração.

Mais algum pedido de esclarecimento?

Podemos submeter à votação o artigo 1.º?

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 2 votos contra e 19 abstenções.

Artigo 2.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

- O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): «Artigo 2.º. Designação.
- É designada a Sra. Deputada Cristina Dias, como representante da Assembleia Nacional, na XI Legislatura, junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (CONSANSTP).»
 - O Sr. **Presidente**: Alguma proposta de emenda, alteração, aditamento, substituição? Não sendo o caso, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 2 votos contra e 19 abstenções.

Artigo 3.º. Entrada em vigor.

Passemos à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 2 votos contra e 19 abstenções.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, sendo 22 do MLSTP/PSD, 4 do PCD/MDFM-UDD e 2 MCI, 2 votos contra e 19 abstenções, do ADI.

Passemos ao ponto seguinte.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, temos o 3.º ponto, projecto de resolução que cria a estrutura e a composição da Aliança dos Parlamentares para Segurança Alimentar e Nutricional (APSAN).

Gostaria de informar aos Srs. Deputados que o Decreto n.º 6/2016 fixa a estrutura e a composição desta Aliança, que é composta por cinco membros.

O presidente desta Aliança deve ser o Deputado pertencente à 1.ª Comissão Especializada Permanente, Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, o secretário-geral deve pertencer à 2.ª Comissão, Comissão de Assuntos Económicos, Transparência e Administração Pública, o relator e o conselheiro também devem ser da Comissão Económica e, por último, vogal, que é representante da Assembleia, que acaba de ser eleito. Esta Aliança está composta por cinco nomes, o processo deu entrada na Mesa da Assembleia e, por pertencer a 1.ª e 2.ª Comissão Especializada Permanente, foram baixadas a estas duas Comissões para, entre elas, definir o critério de selecção e eleição. Das informações que a Mesa detém, os nomes que foram indicados, foram discutidos, selecionados e aprovados ou eleitos na Comissão. Todavia, os Presidentes da 1.ª e 2.ª Comissão Especializada Permanente estão cá, para responder a eventuais questões relativas à selecção dos mesmos.

Neste sentido, o cargo de Presidente recaiu no Sr. Deputado Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos, enquanto Presidente da 1.ª Comissão Especializada Permanente, o Secretário-geral, o Sr. Deputado Aérton do Rosário Crisóstomo, pertencente a 2.ª Comissão Especializada Permanente, o Relator, o Sr. Deputado Adilson Cabral Managem, também da 2.ª Comissão Especializada Permanente, o Conselheiro do Presidente, o Sr. Deputado Carlos Cassandra Correia, igualmente da 2.ª Comissão, e, por último, a Vogal, que acaba de ser eleita pela Assembleia, a Sra. Deputado Cristina Maria Fernandes Dias.

Eis, Sr. Presidente, os membros da APSAN.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, trata-se de Aliança dos Parlamentares para Segurança Alimentar e Nutricional. É uma Aliança que tem a ligação directa com a ECOFAC. Não obstante existir o Conselho Nacional, onde entra os Ministérios, esta é uma Aliança Parlamentar, com a ligação directa com os Parlamentos de outros países membros.

Alguma reação?

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que só votei no primeiro projecto de resolução, porque hoje tomei conhecimento aqui na Sala.

Quanto ao 3.º ponto, nem eu, nem o meu colega estamos informados do que se passa na Assembleia Nacional. Talvez a minha voz não seja nada a nível da Assembleia Nacional, mas gostaria de dizer que votarei contra o outro projecto, porque a informação é um direito plasmado na Constituição da República, não só para os Deputados, mas também para os cidadãos em geral. Não tendo informação do que se passa na Casa Parlamentar, o voto do MCI será contra.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sra. Beatriz Azevedo.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para o devido esclarecimento.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, o esclarecimento continua a ser o mesmo. A Mesa da Assembleia tem envidado esforços, para que as informações cheguem aos Deputados. Temos utilizado a via única e mais rápida que é a internet. É através deste serviço, porque estamos a evitar papéis, mas continuo a insistir, Sras. e Srs. Deputados, assim que se publica a ordem do dia, estão à vontade, a Casa Parlamentar está aberta ou através de telefonemas, para poderem solicitar os documentos, caso a vossa internet não esteja a funcionar. A Assembleia fornece os documentos através da internet, a não ser que um ou outro Deputado, por uma razão qualquer, tenha problemas no seu computador. Estamos abertos.

Publicamos a ordem do dia desde o dia 27 e constavam os assuntos desta agenda. Caso nos dias 28 e 29, até o dia 3, hoje, não chegaram os documentos, a Assembleia e os Serviços estão abertos, poderia solicitar, através de telefone.

Gostaria que os Deputados nos ajudassem.

Aprovamos um programa de actividades até o fim de ano, em que consta a discussão do Orçamento Geral do Estado. Fiz questão de enviar um ofício da Mesa da Assembleia Nacional, para a Sra. Deputada Beatriz tomar conhecimento do plano do que se vai fazer até o fim de ano e, através de si, ao seu colega. Penso que este ofício já terá chegado, é o esforço que estamos a fazer. O número do Secretário da Mesa está aberto, e dos serviços, para que melhoremos a 100%.

Todavia, pedimos desculpa, se esta informação não chegou a tempo.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, queria fazer uma observação, com relação à composição desta Aliança. Sinto-me um pouco confusa, tendo em conta que a vogal é alguém que faz parte da AP-CPLP, por isso é que está no CONSAN. Sei que esta Aliança poderá trabalhar em parceria com outras Alianças ao nível de outros países africanos. Logo, está que a vogal, que já é de CONSAN, vai participar noutras actividades em África. Tive a oportunidade de falar com algumas pessoas, não quero dizer que tem que ser Alda, mas acho que a Assembleia deve aproveitar alguns recursos existentes, que já têm alguma experiência nesta ou naquela área. Na formação que tivemos ao nível de Pro-PALOP, foram algumas das recomendações que saíram. Logo, havendo outra pessoa que já entende minimamente desta área, devia ser aproveitada. Não estou contra os elementos que compõem esta Aliança, mas que a verdade seja dita e que as coisas sejam justas.

Recordo que na palestra que houve ultimamente, na sua intervenção, o Sr. Presidente disse que todos devemos dar as mãos. Então, vamos dar as mãos, como deve ser, para as coisas correm bem.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Alda Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, na verdade, não queria intervir, mas suscitou-me alguma preocupação a intervenção da Deputada Alda. Gostaria de dizer que integramos uma delegação que participou no evento da Aliança dos Parlamentares para Segurança Alimentar e Nutricional, por esse motivo, entendo que devemos prestar esclarecimentos. Não sou o chefe da delegação, combinamos fazê-lo a *posteriori*. Tendo em conta a actividade do orçamento, nem sequer tivemos tempo de fazer o *briefing* com o Presidente da Assembleia, quanto mais para passar informação aos ilustres colegas Deputados.

A breve trecho, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que fazemos parte da Aliança dos Parlamentares da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Entendeu-se criar esta Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional, atendendo a pressão dos nossos parceiros, FAO, UNICEF e OMS que, preocupados com a situação nutricional das nossas crianças, quiseram mobilizar os parlamentares, no sentido de defender os orçamentos dos nossos países, assegurando que as nossas crianças estejam devidamente protegidas ao nível da alimentação e nutrição.

Nesta acção, participamos em várias palestras, fóruns e tivemos conhecimento de muitos indicadores bastante importantes. Um deles, que também mexeu comigo um bocadinho, já sabia, mas pude *in loco* conhecer de uma forma mais oficial, é que a nossa África se vai atrasando, porque não damos conta da situação nutricional das nossas crianças.

Chegou-se à conclusão de que uma crianças, quando é mal nutrida, no futuro, não conseguirá dar uma boa ajuda ao seu país, até vimos as estatísticas. Temos isto em *slides* e depois a Assembleia irá passar a todos os Srs. Deputados, porque isto é uma recomendação não só para os cinco Deputados, mas sim para toda a Assembleia, no sentido de começarmos desde já a tratar do futuro do nosso país. Se as crianças não tiverem uma boa alimentação, não vão dar nada no futuro, para ajudar o País a crescer. É sobretudo nesses aspectos e penso que é uma dinâmica boa.

Também para informar aos Srs. Deputados que a aliança, ao nível da CEEAC, já foi criada e em cada país, que são onze países que fazem parte da África Central, tem uma aliança ao nível do Parlamento. Em princípio, já em Fevereiro, este Parlamento irá reunir e traçar alguns planos futuros.

Foi criado também um estatuto desta aliança ao nível da CEE e agora cada parlamento terá que criar também as suas diretrizes, os seus regulamentos e os seus estatutos.

É mais ou menos isso que gostaria de informar.

Peço desculpa ao Sr. Vice-Presidente, que foi o chefe da delegação, no entanto, suscitou-me, por causa da intervenção da Sra. Deputada que se queixou aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, para complementar. Certamente foi o chefe da delegação que se deslocou a Brazzaville.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas para precisar, de acordo com a intervenção da nossa colega Alda.

Sobre o conteúdo global, o nosso colega Carlos Correia já fez um resumo, mas segundo os procedimentos estatutários da Aliança, a pessoa que é eleita membro da CONSAN fará parte, implicitamente como membro da Aliança no global. Portanto, eis a razão que a nossa colega que foi eleita fica inserida no grupo global da CONSAN. É essa a questão.

Estou certo que reconhecemos o manancial de experiência e de conhecimentos da nossa colega Alda Ramos e agradecemos pela sua contribuição.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Devo esclarecer que, na realidade, todos reconhecemos a experiência e o esforço que a Deputada tem feito no domínio da segurança alimentar de São Tomé e Príncipe, até para a transformação dos nossos produtos locais. No entanto, se nos deixassem a possibilidade de escolha ou de seleção dos Deputados para essa Aliança Parlamentar, de certeza absoluta que aqui nesta Sala há dois Deputados que estariam nessa Comissão, que é o seu caso e o Deputado Felisberto. Entretanto, recebemos uma nota que vem da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, referência 297/GAFAOR/STP/2019, de 5 de Novembro, não vou ler tudo, que solicitava a constituição desta Aliança e na sua composição vinha, «proposta e estrutura da Aliança Parlamentar Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: primeiro, presidente, membro da Comissão Jurídica do Parlamento; segundo, secretário-geral, membro da Comissão Económica do Parlamento; terceiro, relator, membro da Comissão dos Assuntos Agrícolas do Parlamento». Não temos cá uma Comissão encarregue para a agricultura, portanto, inclui-se também a 2.ª Comissão. Portanto, quarto, conselheiro do presidente, membro da Comissão Económica do Parlamento, e quinto, Vogal, representante da Assembleia Nacional no CONSAN. Portanto, é este documento que recebemos, remetemos à Comissão Económica e Assuntos Jurídicos, para selecionar os respectivos membros, e a resposta que recebemos destas comissões é que foi aqui anunciado os nomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — De novo?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, não fiquei esclarecido relativamente à composição, porquê? Porque faz referência ao membro da 1.ª Comissão. A pessoa tem que ser membro da 1.ª Comissão ou precisa ser Presidente da 1.ª Comissão? Basta ser membro da 1.ª Comissão para ter também aqui um espaço. Por isso, quando a Deputada Alda, se estiver errado ajudem-me, diz que se podia usar a mais-valia dos Deputados da Casa Parlamentar que já percebem da matéria, devia haver um espaço, estamos a desperdiçar oportunidades.

É o esclarecimento que gostaria de obter, porque uma coisa é aquilo que está definido estatutariamente, outra coisa são as gincanas que fazemos internamente...

A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD): — Gincanas?

Murmúrios gerais.

- O Sr. **José António Miguel** (ADI): Não sei exatamente o que se passa. Há o estatuto que define claramente. Essa é a pergunta que coloco, tem que ser o Presidente da 1.ª Comissão ou tem que ser apenas um membro da 1.ª Comissão? É preciso que a gente, de facto, seja esclarecida.
- O Sr. **Presidente**: A preocupação é clara e tem toda a razão de ser. O que diz o documento é o «membro da Comissão Política do Parlamento...»

Vozes: — Comissão Jurídica!

O Sr. **Presidente**: — A Comissão Jurídica, desculpem. Portanto, não tem que ser o Presidente nem o Vice-Presidente. Desde que seja membro da Comissão. Agora, na Mesa não sabemos como é que o processo decorreu. Os membros da Comissão é que selecionaram os seus representantes e a Mesa recebeu. Se, na realidade, não ocorreu da melhor maneira, cabe aos membros da Comissão aqui explicarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho outra interpretação, relativamente à problemática que se levantou aqui.

Na minha opinião, quando o documento faz referência a um membro da Comissão Jurídica, penso que a organização aí quer pescar algum jurista para fazer parte da estrutura. Se não fosse assim, não faria referência directamente à Comissão. Se formos a analisar o documento, faz referência a comissão de agricultura, e o problema é que não temos uma comissão específica de agricultura, ela está inserida na 2.ª

Comissão. Temos que analisar o espírito do documento, provavelmente, dos elementos ou pessoas que deverão fazer parte do grupo.

Se a Sra. Deputada Alda fosse da minha comissão, não teria problemas nenhuns de disponibilizar o meu lugar a seu favor.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cílcio Santos, Presidente da 1.ª Comissão.
- O Sr. Cílcio Santos (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, Caros Colegas Deputados, boa tarde.

Efectivamente, lamento a não inclusão da Deputada Alda Ramos, membro da 1.ª Comissão Especializada Permanente, nesta Aliança, tanto é que ao princípio havia proposto que fosse a Sra. Deputada, mas a 1.ª Comissão reunida decidiu indigitar-me como Presidente desta Aliança, porque entendera que, como Presidente da 1.ª Comissão e na qualidade de Jurista, devia ser eu a presidir a tal Aliança. A eleição foi feita na 1.ª Comissão.

- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.
- O Sr. **José António Miguel** (ADI): Sr. Presidente, sem querer prolongar a questão, o Deputado Aérton ajudou-me a perceber. Se se precisa de um jurista, não vejo nenhuma inconveniência. Por isso é que estava sempre a pedir esclarecimentos. O objectivo não é criar problemas, mas sim pedir esclarecimentos. As coisas devem ser feitas com alguma transparência e com alguma lisura. Foi só por isso que intervim.
 - O Sr. **Presidente**: Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, ouvi atentamente todas as intervenções, mas volto aqui a dizer, normalmente quando se manifesta algum interesse para estar nalguma comissão é porque há viagens e outras coisas mais, mas não estou preocupada com viagens. Aliás, para dizer aqui claramente que beneficiei de duas formações sobre segurança alimentar, e foi em Brazzaville. Portanto, não estou a referir-me a isso por causa de viagens, é a vontade de querer dar a minha contribuição, de acordo com a experiência que acumulei há cerca de 10, 11 anos. No entanto, como vejo na Aliança que são logo três elementos de uma só comissão, então podíamos também partilhar, independentemente de ser CONSAN ou não. Não estou contra a pessoa que beneficiou deste lugar de vogal, tanto é que me abstive, mas é preciso também sabermos partilhar. Podia ser dois da 1.ª Comissão e dois da segunda, porque, no entanto, a mesma pessoa que está na AP-CPLP também vai estar ao nível da África.

O Sr. Domingos Boa Morte (ADI): — Pois!

A Sra. Alda Ramos (ADI): — Sou membro do PAP.

Murmúrios do ADI.

Sou do Parlamento Africano (PAP), não fomos lá ainda, mas sou membro! Portanto, quero dar a minha contribuição para o meu país, de acordo com a experiência que tenho.

Fico por aqui e peço desculpa, se ofendi alguém.

O Sr. **Presidente**: — A questão está colocada, o Plenário é soberano, caberá aos Líderes Parlamentares se pronunciarem, mas a única questão é que não podemos fugir àquilo que nos foi recomendado.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

- O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, acho que já esgotamos os argumentos. A iniciativa não partiu da Assembleia Nacional, é um convite, está escrito e não sei em que medida o Plenário pode alterar a vontade da organização que nos convida a tomar parte nessa estrutura.
 - O Sr. Presidente: A Sra. Deputada não é membro da 2.ª Comissão?

Vozes: — É da 1.ª Comissão.

O Sr. Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD): — Não dá para ser outro ano? Noutro ano a colocaremos.

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — A questão está colocada, há reações?

Pausa.

Não havendo qualquer proposta concreta de alteração, passemos à apresentação do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo a leitura do «Projecto de resolução que cria a estrutura e composição da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe, enquanto membro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) vem enfrentando os desafios de combate às deficiências de uma aculturação alimentar, que não promove a valorização e o consumo de produtos locais.

Considerando que o País adoptou o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE), que abrange um público-alvo de 55 000 crianças, representando cerca de um quarto da população sãotomense:

Tendo em conta a necessidade de se legislar sobre esse Programa e o engajamento de São Tomé e Príncipe na criação da Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional junto a FAO;

Atendendo que, para a criação dessa Aliança, a FAO propõe uma estrutura de composição parlamentar, composta por um presidente, membro da Comissão Jurídica do Parlamento, um secretário-geral, membro da Comissão Económica do Parlamento, um relator, membro da comissão dos assuntos agrícola do Parlamento, um conselheiro do presidente, membro da Comissão Económica do Parlamento e um vogal, representante da Assembleia Nacional no CONSAN;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, criação. É criada a Aliança Parlamentar para Segurança Alimentar Nutricional, na qual deve integrar cinco membros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Artigo 2.º, designação.

São designados membros da Aliança Parlamentar para Segurança Alimentar e Nutricional, nesta XI Legislatura, os seguintes Srs. Deputados:

alínea a) Presidente, Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos, Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética;

alínea b) Secretário-geral, Aérton do Rosário Crisóstomo, Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública;

alínea c) Relator, Adilson Cabral Managem, Comissão dos Assuntos Económicos Financeiros, Transparência e Administração Pública;

alínea d) Conselheiro do Presidente, Carlos Cassandra Correia, Comissão dos Assuntos Económicos Financeiros, Transparência e Administração Pública;

alínea e) vogal, Cristina Maria Fernandes Dias, membro representante da Assembleia Nacional no CONSAN.

Artigo 3.º, entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, aos 3 de Dezembro de 2019.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Feita a apresentação do projecto de resolução, passamos a apreciar, na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, só para deixar uma reserva, tendo em atenção que estamos analisar o documento na generalidade.

A composição deste grupo tem logo três pessoas do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e duas pessoas do maior grupo parlamentar. Gostaria de deixar essa reserva, para depois podermos analisar outras situações.

O Sr. **Presidente**: — Não tem três pessoas do MLSTP/PSD. São quatro membros, dois a dois. Há uma entrada por inerência de funções, no CONSAN, é vogal e membro da 2.ª Comissão da AP-CPLP, foi eleita há pouco tempo. Não podemos alterar, porque é o único membro da 2.ª Comissão da AP-CPLP e foi eleita há pouco tempo. Não é o mesmo caso. Se fossem cinco membros, seria dois, dois e um. A Coligação não tem ninguém. O que está a reclamar, deveria ser até da Coligação.

Estamos a apreciar na generalidade.

Não há qualquer manifestação de interesse em inscrever, vamos submeter à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 27 votos a favor, 2 votos contra e 19 abstenções.

Passemos à apreciação do preâmbulo, propostas de emenda, alteração, correcção?

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 3 votos contra e 17 abstenções.

Estamos a apreciar o artigo 1.º, criação.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — «Artigo 1.º, criação.

É criada a Aliança Parlamentar para Segurança Alimentar e Nutricional, na qual deve integrar cinco membros da Assembleia Nacional.»

O Sr. **Presidente**: — Propostas de emenda, alteração, supressão, aditamento? Não é o caso, passemos à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 3 contra e 17 abstenções.

Artigo 2.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — «Artigo 2.º, designação.

São designados membros da Aliança Parlamentar para Segurança Alimentar e Nutricional, nesta XI Legislatura, os seguintes Srs. Deputados:

alínea a) Presidente, Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos, Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética;

alínea b) Secretário-geral, Aérton do Rosário Crisóstomo, Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública;

alínea c) Relator, Adilson Cabral Managem, Comissão dos Assuntos Económicos Financeiros, Transparência e Administração Pública:

alínea d) Conselheiro do Presidente, Carlos Cassandra Correia, Comissão dos Assuntos Económicos Financeiros, Transparência e Administração Pública;

alínea e) Vogal, Cristina Maria Fernandes Dias, representante da Assembleia no CONSAN.»

O Sr. Presidente: — Estamos a apreciar o artigo 2.º, propostas de alteração, emenda, correcção?

Há uma questão para responder à solicitação. O relator Adilson Cabral Managem é membro da Comissão dos Assuntos Económicos Financeiros, Transparência e Administração Pública, encarregue pelos assuntos de agricultura, para ficar bem claro.

Alguma proposta de alteração?

Vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 3 contra e 17 abstenções.

Artigo 3.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 3 contra e 17 abstenções.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, sendo 22 do MLSTP/PSD, 4 do PCD/MDFM-UDD, 2 do ADI, 3 votos contra, sendo 2 do MCI, 1 do ADI, e 17 abstenções do ADI.

Com este ponto, esgotamos os nossos trabalhos para hoje.

Quero agradecer a todas as Sras. e Srs. Deputados e fazer relembrar que, na Quinta-feira, iniciaremos a análise do Orçamento Geral do Estado. Queria pedir, mais uma vez, seguindo o conselho da Sra. Deputada Beatriz Azevedo, que iniciássemos na hora marcada, às 9 horas. Evitar reuniões no próprio dia da sessão plenária, de modo a não tornar fastidioso às outras pessoas.

Estarei na Assembleia Nacional às 7 horas e 30 minutos, mas não posso vir cá sem haver quórum.

Obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI): Carlos Alberto Pires Pinheiro Hamilton de Jesus F. Lavres José da Graça Diogo Levy do Espirito Santo Nazaré

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD): **Raúl** do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD: Arlindo **Vicente de Assunção** Carvalho